



CCR. É por aqui que a gente chega lá



Relatório da Administração

Relatório da Administração

1. Aos Acionistas
É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CCR S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

2. Apresentação

A CCR S.A. (CCR) é uma *holding* cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metropolitana, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades. Diante disto, além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar seus esforços em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A CCR atualmente detém 100% do capital social da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn), da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste), 95% da Concessionária do RodaOeste S.A. (RodaAnel Oeste), 85,92% do capital social da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte) e 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro). Por meio de sua controlada CPC, a CCR detém 100% da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e 45% da Controlar S.A. (Controlar). Além disso, a CCR detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social da Actua Assessoria S.A., da Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V., da CCR - USA, LLC, da Inovap 5 - Administração e Participações Ltda. (Inovap 5); da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM) e da CPSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPSP); da Companhia de Participações em Concessões de PPP's - 99% do Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI), direta e indiretamente, por intermédio da CPO e da Inovap 5; 85,92% do capital social da Parques Serviços Ltda. (Parques) e 38,25% do capital social da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP).

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar por novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metróvárias, urbanas e aeroportuárias.

3. Mercado

A partir de 1994, os governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos governos Federal e Estaduais continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento para a Companhia por meio de novas licitações.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional, a regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPP), que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta com aproximadamente 1.765.278 km de rodovias, sendo 211.680 km pavimentados, e 15.458,32 km atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio. Em março de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou o trecho Oeste do Rodaanel Mário Covas, concessão onerosa, interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. A CCR passou a explorar esse trecho a partir de junho 2008.

Em outubro de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.800 km. O leilão foi promovido pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), sendo o seu critério de julgamento o menor valor da tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de concessão pública de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário, composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), realizou a licitação visando: (i) a outorga de concessão onerosa do Trecho Sul do Rodaanel Mário Covas; e (ii) a construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodaanel. O critério de julgamento da licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em abril de 2011, o governo do Estado de Pernambuco, por meio da empresa SUAJPE - Complexo Industrial Portuário de São Paulo, realizou a licitação referente à concessão onerosa para exploração de trechos, vias e acessos rodoviários ao Porto de SUAJPE, pelo critério de menor tarifa ofertada.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

| Destques | 2011 | 2010 |
|---|-----------|-----------|
| Em R\$ mil | | |
| Receita Bruta..... | 5.599.287 | 5.043.710 |
| Receita de Pedágio..... | 4.631.848 | 3.864.273 |
| Receita de Construção (IAS 11)..... | 556.724 | 881.403 |
| Outras Receitas..... | 410.715 | 298.034 |
| (-) Deduções da Receita Bruta..... | 464.991 | 386.454 |
| Receita Líquida..... | 5.134.296 | 4.657.296 |
| (+) Custos Totais (a)..... | 2.857.277 | 2.956.004 |
| EBIT..... | 2.277.019 | 1.701.252 |
| Margem (a)..... | 49,7% | 45,1% |
| (+) Depreciação/amortização..... | 434.884 | 319.569 |
| (+) Provisão de Impedimento..... | 139.080 | 157.638 |
| (+) Despesas Antecipadas..... | 82.779 | 80.315 |
| EBITDA..... | 2.933.762 | 2.258.774 |
| Margem EBITDA (b)..... | 64,1% | 59,8% |
| (-) Resultado Financeiro Líquido..... | 622.738 | 627.938 |
| (-) Imposto de Renda e Contribuição Social..... | 443.512 | 395.806 |
| Participação dos Minoritários..... | 11.397 | 5.785 |
| Lucro Líquido..... | 899.372 | 671.722 |
| Divida Bruta..... | 6.947.875 | 6.711.481 |
| Investimentos..... | 658.609 | 951.217 |
| Veículos equivalentes (em milhares)..... | 962.374 | 868.557 |
| (a) Custos Totais: Custos dos serviços prestados + Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais. (b) As Margens EBIT e EBITDA são calculadas sobre a receita líquida excluída a receita de construção. | | |

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme descritas nas notas explicativas nº 2 e 3.

Recita Operacional Consolidada

A receita de pedágio em 2011 representou 82,7% do total da receita. O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 10,8%. Além disso, a tarifa média apresentou um aumento de 8,2%, devido aos reajustes contratuais aplicados durante o ano de 2011.

Custos Totais
Os Custos Totais (Custo dos serviços prestados somados às Despesas administrativas) apresentaram uma redução de 3,3% em relação a 2010, perfazendo R\$ 2.857.277 mil no ano de 2011. Os principais motivos dessas variações são indicados abaixo:

Os Custos de Construção atingiram R\$ 556.724 mil. A redução de 36,8% decorreu principalmente do menor investimento em melhorias (*Up Grade*), realizado na concessionária AutoBAn (-81,7%).

A Provisão de Manutenção foi de R\$ 139.080 mil e apresentou uma redução de 11,8% em relação ao ano de 2010.

O custo de execução de 2011 foram realizados diversos aprimoramentos na revisão das estimativas dos custos da Manutenção e conservação envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.

As despesas de Depreciação e Amortização somaram R\$ 434.884 mil no ano de 2011. O crescimento de 36,1% decorre do incremento previsto no tráfego no período, bem como de investimentos adicionais que entraram em operação.

O Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 344.975 mil. O aumento de 11,1% deveu-se à parcela variável da outorga, que é resultado do crescimento da receita bruta, e à parcela fixa que foi reajustada em julho/11 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste, Renovias e SPVias.

O custo de Depreciação e Amortização totalizou R\$ 532.418 mil, no ano de 2011, uma redução de 6,2%, já considerado o efeito de R\$ 104.016 mil relativos às SPVias. Esse resultado decorre dos menores custos com conservação, manutenção, operação e sinalização nas concessionárias NovaDutra e RodoNorte.

O Custo com Pessoal atingiu R\$ 488.204 mil no ano de 2011, registrando aumento de 34,2%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio total de 5,5%, ocorrido em março/11 e abril/11, bem como ao aumento do quadro de funcionários (+932 funcionários).

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) atingiram R\$ 300.992 mil no ano de 2011. O aumento de 1,9% deveu-se principalmente à consolidação da concessionária SPVias.

Resultado financeiro

No ano de 2011, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 922.738 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 527.338 mil em 2010. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao maior estoque de provisões e ao ajuste de swap a pagar da concessionária RodoAnel Oeste, ocorrido em março de 2011. A concessionária RodoAnel Oeste, em novembro de 2010, celebrou contratos de swap, para proteger o estoque da dívida até maio de 2011. Em maio de 2011, a controlada refinanciou sua parcela da dívida denominada em moeda estrangeira e os respectivos contratos de swap foram liquidados.

Lucro líquido
Em 2011, o Lucro líquido foi de R\$ 899.372 mil, apresentando um aumento de 33,9% em relação a 2010. O aumento decorreu principalmente do melhor desempenho operacional.

Divida
Em 2011, a dívida bruta da CCR cresceu 3,5% em relação ao ano de 2010. Do total da dívida, o montante denominado em moeda estrangeira representou em 2011 83,8% e o montante em moeda nacional, em longo prazo, representava 72,8%, comparado a 83,3% e 72,8%, respectivamente, no ano de 2010. O crescimento da dívida deveu-se principalmente à ViaOeste (Emissão de Debêntures em fevereiro de 2011 no valor de R\$ 150 milhões), NovaDutra (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 130 milhões) e AutoBAn (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 960 milhões).

Investimentos
No acumulado do ano de 2011, os investimentos somaram R\$ 658.609 mil. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste e ViaQuatro, representando respectivamente, 12,6%, 34,9%, 15,6% e 10,8% do total. A AutoBAn investiu principalmente nas obras do Complexo Anhanguera. A NovaDutra investiu principalmente na implantação dos trevos no km 38 (Cachoeira Paulista) e km 58 (Guaratingueta) e na adequação do trevo km 158 do eixo Rodovia dos SPVias. Esse resultado decorre das melhorias com conservação, manutenção, operação e sinalização nas concessionárias NovaDutra e RodoNorte.

Os Custos com Pessoal atingiu R\$ 488.204 mil no ano de 2011, registrando aumento de 34,2%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio total de 5,5%, ocorrido em março/11 e abril/11, bem como ao aumento do quadro de funcionários (+932 funcionários).

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) atingiram R\$ 300.992 mil no ano de 2011. O aumento de 1,9% deveu-se principalmente à consolidação da concessionária SPVias.

Resultado financeiro
No ano de 2011, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 922.738 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 527.338 mil em 2010. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao maior estoque de provisões e ao ajuste de swap a pagar da concessionária RodoAnel Oeste, ocorrido em março de 2011. A concessionária RodoAnel Oeste, em novembro de 2010, celebrou contratos de swap, para proteger o estoque da dívida até maio de 2011. Em maio de 2011, a controlada refinanciou sua parcela da dívida denominada em moeda estrangeira e os respectivos contratos de swap foram liquidados.

Lucro líquido
Em 2011, o Lucro líquido foi de R\$ 899.372 mil, apresentando um aumento de 33,9% em relação a 2010. O aumento decorreu principalmente do melhor desempenho operacional.

Divida
Em 2011, a dívida bruta da CCR cresceu 3,5% em relação ao ano de 2010. Do total da dívida, o montante denominado em moeda estrangeira representou em 2011 83,8% e o montante em moeda nacional, em longo prazo, representava 72,8%, comparado a 83,3% e 72,8%, respectivamente, no ano de 2010. O crescimento da dívida deveu-se principalmente à ViaOeste (Emissão de Debêntures em fevereiro de 2011 no valor de R\$ 150 milhões), NovaDutra (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 130 milhões) e AutoBAn (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 960 milhões).

Investimentos
No acumulado do ano de 2011, os investimentos somaram R\$ 658.609 mil. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste e ViaQuatro, representando respectivamente, 12,6%, 34,9%, 15,6% e 10,8% do total. A AutoBAn investiu principalmente nas obras do Complexo Anhanguera. A NovaDutra investiu principalmente na implantação dos trevos no km 38 (Cachoeira Paulista) e km 58 (Guaratingueta) e na adequação do trevo km 158 do eixo Rodovia dos SPVias. Esse resultado decorre das melhorias com conservação, manutenção, operação e sinalização nas concessionárias NovaDutra e RodoNorte.

Os Custos com Pessoal atingiu R\$ 488.204 mil no ano de 2011, registrando aumento de 34,2%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio total de 5,5%, ocorrido em março/11 e abril/11, bem como ao aumento do quadro de funcionários (+932 funcionários).

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) atingiram R\$ 300.992 mil no ano de 2011. O aumento de 1,9% deveu-se principalmente à consolidação da concessionária SPVias.

Resultado financeiro
No ano de 2011, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 922.738 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 527.338 mil em 2010. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao maior estoque de provisões e ao ajuste de swap a pagar da concessionária RodoAnel Oeste, ocorrido em março de 2011. A concessionária RodoAnel Oeste, em novembro de 2010, celebrou contratos de swap, para proteger o estoque da dívida até maio de 2011. Em maio de 2011, a controlada refinanciou sua parcela da dívida denominada em moeda estrangeira e os respectivos contratos de swap foram liquidados.

Lucro líquido
Em 2011, o Lucro líquido foi de R\$ 899.372 mil, apresentando um aumento de 33,9% em relação a 2010. O aumento decorreu principalmente do melhor desempenho operacional.

Divida
Em 2011, a dívida bruta da CCR cresceu 3,5% em relação ao ano de 2010. Do total da dívida, o montante denominado em moeda estrangeira representou em 2011 83,8% e o montante em moeda nacional, em longo prazo, representava 72,8%, comparado a 83,3% e 72,8%, respectivamente, no ano de 2010. O crescimento da dívida deveu-se principalmente à ViaOeste (Emissão de Debêntures em fevereiro de 2011 no valor de R\$ 150 milhões), NovaDutra (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 130 milhões) e AutoBAn (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 960 milhões).

Investimentos
No acumulado do ano de 2011, os investimentos somaram R\$ 658.609 mil. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste e ViaQuatro, representando respectivamente, 12,6%, 34,9%, 15,6% e 10,8% do total. A AutoBAn investiu principalmente nas obras do Complexo Anhanguera. A NovaDutra investiu principalmente na implantação dos trevos no km 38 (Cachoeira Paulista) e km 58 (Guaratingueta) e na adequação do trevo km 158 do eixo Rodovia dos SPVias. Esse resultado decorre das melhorias com conservação, manutenção, operação e sinalização nas concessionárias NovaDutra e RodoNorte.

Os Custos com Pessoal atingiu R\$ 488.204 mil no ano de 2011, registrando aumento de 34,2%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio total de 5,5%, ocorrido em março/11 e abril/11, bem como ao aumento do quadro de funcionários (+932 funcionários).

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) atingiram R\$ 300.992 mil no ano de 2011. O aumento de 1,9% deveu-se principalmente à consolidação da concessionária SPVias.

Resultado financeiro
No ano de 2011, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 922.738 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 527.338 mil em 2010. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao maior estoque de provisões e ao ajuste de swap a pagar da concessionária RodoAnel Oeste, ocorrido em março de 2011. A concessionária RodoAnel Oeste, em novembro de 2010, celebrou contratos de swap, para proteger o estoque da dívida até maio de 2011. Em maio de 2011, a controlada refinanciou sua parcela da dívida denominada em moeda estrangeira e os respectivos contratos de swap foram liquidados.

Lucro líquido
Em 2011, o Lucro líquido foi de R\$ 899.372 mil, apresentando um aumento de 33,9% em relação a 2010. O aumento decorreu principalmente do melhor desempenho operacional.

Divida
Em 2011, a dívida bruta da CCR cresceu 3,5% em relação ao ano de 2010. Do total da dívida, o montante denominado em moeda estrangeira representou em 2011 83,8% e o montante em moeda nacional, em longo prazo, representava 72,8%, comparado a 83,3% e 72,8%, respectivamente, no ano de 2010. O crescimento da dívida deveu-se principalmente à ViaOeste (Emissão de Debêntures em fevereiro de 2011 no valor de R\$ 150 milhões), NovaDutra (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 130 milhões) e AutoBAn (Emissão de Nota Promissória em novembro de 2011, no valor de R\$ 960 milhões).

Investimentos
No acumulado do ano de 2011, os investimentos somaram R\$ 658.609 mil. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste e ViaQuatro, representando respectivamente, 12,6%, 34,9%, 15,6% e 10,8% do total. A AutoBAn investiu principalmente nas obras do Complexo Anhanguera. A NovaDutra investiu principalmente na implantação dos trevos no km 38 (Cachoeira Paulista) e km 58 (Guaratingueta) e na adequação do trevo km 158 do eixo Rodovia dos SPVias. Esse resultado decorre das melhorias com conservação, manutenção, operação e sinalização nas concessionárias NovaDutra e RodoNorte.

Os Custos com Pessoal atingiu R\$ 488.204 mil no ano de 2011, registrando aumento de 34,2%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio total de 5,5%, ocorrido em março/11 e abril/11, bem como ao aumento do quadro de funcionários (+932 funcionários).

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) atingiram R\$ 300.992 mil no ano de 2011. O aumento de 1,9% deveu-se principalmente à consolidação da concessionária SPVias.

Resultado financeiro
No ano de 2011, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 922.738 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 527.338 mil em 2010. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao maior estoque de provisões e ao ajuste de swap a pagar da concessionária RodoAnel Oeste, ocorrido em março de 2011. A concessionária RodoAnel Oeste, em novembro de 2010, celebrou contratos de swap, para proteger o estoque da dívida até maio de 2011. Em maio de 2011, a controlada refinanciou sua parcela da dívida denominada em moeda estrangeira e os respectivos contratos de swap foram liquidados.

Lucro líquido
Em 2011, o Lucro líquido foi de R\$ 899.372 mil, apresentando um aumento de 33,9% em relação a 2010. O aumento decorreu principalmente do melhor desempenho operacional.

No dia 10 de outubro de 2011, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que conforme informado naquela data por seus acionistas controladores Andrade Gutierrez Concessões S.A. ("AGC"), Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. ("CCII"), Soares Penido Concessões S.A. ("SPC") e Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. ("SPO"), VBC Energia S.A. ("VBC"), Construtora Andrade Gutierrez S.A. ("CAG") e AGC Participações Ltda. ("AGC Participações") (em conjunto, "Grupo Controlador") que, na mesma data, foi aprovada a cisão total da acionista Aquilha Participações e Empreendimentos Ltda. ("Aquila") com a incorporação do acervo líquido cindido por suas únicas sócias AGC, CCII e SPC, incluindo as ações da CCR vinculadas ao Acordo de Acionistas então de titularidade da Aquilha.

No dia 19 de outubro de 2011, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em decorrência da cisão total da acionista Aquilha Participações e Empreendimentos Ltda. seguida da incorporação do acervo líquido cindido por suas únicas sócias Andrade Gutierrez Concessões S.A. ("AGC"), Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. ("CCII"), Soares Penido Concessões S.A. ("SPC"), conforme mencionada acima, seus acionistas controladores: AGC, CCII, SPC, Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. ("SPO"), VBC Energia S.A. ("VBC"), Construtora Andrade Gutierrez S.A. ("CAG") e AGC Participações Ltda. ("AGC Participações") (em conjunto, "Grupo Controlador"), celebraram na referida data o Instrumento Particular de Sétima Alteração do Acordo de Acionistas da CCR (cuja cópia está disponibilizada para consulta no Sistema IPE da CVM), para refletir a nova distribuição de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, mantendo-se inalterado o Grupo Controlador.

Em 25 de novembro de 2011, mediante Assembleia Geral Extraordinária da CCR, foi aprovado, dentre outras matérias, (i) o desdobramento de ações da Companhia, sendo que cada ação ordinária foi desdobrada em quatro ações, passando o capital social a ser composto por 1.765.587.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e (ii) adaptação do Estatuto Social da Companhia ao Regulamento do Novo Mercado, conforme alterado em 2011.

No dia 28 de novembro de 2011, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi listada, no dia 25 de novembro, no ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial. Este é o indicador de sustentabilidade mais importante da BM&FBovespa composto por ações de empresas que apresentam alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade e governança corporativa. As ações integrantes do ISE são selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBovespa em termos de liquidez e ponderadas na carteira pelos seus valores de mercado. No processo de definição das empresas a integrarem esse índice, a bolsa encaminhou um questionário às 182 companhias que detêm as 200 ações mais líquidas. Como resultado desse processo, foram selecionadas 38 empresas para compor essa edição do índice, incluindo as ações ON da CCR (CCR03).

No dia 16 de dezembro de 2011, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi celebrado o 8º Termo Aditivo Modificativo ("TAM") ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Monitoração, Recuperação, Manutenção, Conservação, Operação, Implantação e Ampliação da Ligação Vial Rio Bonito - Araramura - São Pedro da Aldeia nº 43/96, de 23/12/96 ("Contrato de Concessão"), entre sua controlada Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos) e o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro / DER/RJ (Poder Concedente). O referido TAM tem por objeto reequilibrar a equação econômico-financeira do Contrato de Concessão, em decorrência de (i) acréscimos às obrigações de investimentos da Concessionária, incluída a implantação de dispositivos de segurança para separação das pistas da rodovia, o pagamento da pavimentação dos acostamentos, dentre outros; e (ii) redução dos valores atuais das tarifas de pedágio, que passaram a vigorar a partir de 13 de janeiro de 2012. Conforme previsto no Contrato de Concessão, a recomposição foi realizada mediante extensão por 15 (quinze) anos do prazo da concessão.

No dia 26 de dezembro de 2011, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que:

a) Conforme informado no Fato Relevante publicado em 29 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou naquela ocasião a análise para a eventual aquisição de certos ativos aeroportuários de titularidade dos acionistas vendedores. Os ativos são representados por participações acionárias em sociedades de propósito específico, vinculadas direta e indiretamente à exploração das respectivas infraestruturas aeroportuárias dos aeroportos internacionais de Quito, no Equador e de San José, na Costa Rica (Grupo Andrade Gutierrez) e em Curaçao (Curaçao) (Grupo Camargo Corrêa) (Quito, Costa Rica e Curaçao) (Ativos). Também foi objeto de análise o projeto que envolve a eventual estruturação de novo aeroporto em São Paulo (NASP).

b) O Conselho de Administração autorizou a constituição de Comitê Independente (Comitê Independente), composto por 4 (quatro) membros, dos quais: 2 (dois) são membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo 1 (um) deles eleito como independente segundo as regras do Novo Mercado e o outro que fora indicado pelo 3º acionista que faz parte do bloco de controle, mas que não tem qualquer ligação ou indicação dos Acionistas Vendedores. Os 2 (dois) membros referidos escolhem e elegem mais 2 (dois) outros executivos externos com ampla experiência de mercado e de regulamentação do mercado de valores mobiliários;

c) O Comitê Independente selecionou e indicou à Companhia a contratação de diversos assessores técnicos que tiveram como escopo auxiliá-lo na condução dos trabalhos. Ditos assessores técnicos também forneceram suas análises e informações aos próprios executivos da Companhia para que os mesmos também pudessem analisar e avaliar o interesse da Companhia nos Ativos. O Comitê Independente também selecionou o banco responsável pela avaliação financeira dos Ativos, bem como seu assessor jurídico para o processo.

d) Os trabalhos foram concluídos em dezembro e o relatório final do Comitê Independente (Relatório do Comitê Independente), bem como o laudo de avaliação dos Ativos, foram disponibilizados no site da Companhia.

Com base nas recomendações do Relatório do Comitê Independente, o Conselho de Administração da Companhia (CAD/CCR) autorizou a diretoria da Companhia a negociar com os Acionistas Vendedores. As partes acordaram sobre os valores de aquisição que, considerados individualmente ou em conjunto, são inferiores à mediana da recomendação que consta do Relatório do Comitê Independente. Os valores acordados para a aquisição dos Ativos são: Quito - US\$ 140.000 mil; Costa Rica - US\$ 50.000 mil e Curaçao - US\$ 24.500 mil. Quanto ao projeto do NASP, as partes trataram do assunto em data futura.

Como resultado do processo e negociação descritos acima, o Conselho de Administração da CCR, decidiu convocar em 26 de dezembro de 2011, Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 16 de janeiro de 2012, para aprovação dos Acionistas Vendedores quanto: (i) ao complemento do objeto social da Companhia, relativamente à exploração de infraestrutura aeroportuária; e (ii) aquisição dos Ativos nos termos informados neste Fato Relevante. Conforme foi informado no Fato Relevante de 29 de agosto de 2011, os Acionistas Vendedores não votariam na referida AGE. Também ficou acordado com os Acionistas Vendedores que enquanto titulares do projeto NASP, os mesmos se declaram impedidos de votar em deliberações dos órgãos de administração da Companhia e de acionistas, em linha com as disposições do artigo 5.7 do Acordo de Acionistas da Companhia. Para informações quanto à AGE de 16 de janeiro de 2012, vide nota explicativa nº 32 - Eventos subsequentes.

Dividendos

No dia 19 de abril de 2011, os Acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2010, proposta pela diretoria da Companhia, no valor de R\$ 100.775, correspondente a R\$ 0,228309 por ação, distribuídos a partir do dia 29 de abril do referido exercício. O prazo de 30 dias seguintes ao término do pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2011, no valor de R\$ 701.821 mil, equivalente a R\$ 1,59 por ação ordinária, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2011, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Eventos relevantes ao mercado

No dia 21 de outubro de 2011, a CCR realizou o 7º CCR Day.

6. Responsabilidade Corporativa

O Grupo CCR tem consciência de sua importância para o desenvolvimento das comunidades onde está presente. Por isso, investiu mais de R\$ 20 milhões em 2011 em projetos culturais, sociais, esportivos e de meio ambiente nas 100 cidades em que atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Esses recursos viabilizaram a realização dos programas Estrada para a Cidadania e Estrada para a Saúde, dos projetos cultura Cine Tela Brasil, Cineo Roda e Festa do Teatro, o apoio a projetos culturais e sociais de impacto que contribuem para o meio ambiente, como o Projeto Sacolona, que transforma



Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | | | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|---|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 887.962 | 663.758 | 910.769 | 677.508 | Aumento (redução) dos passivos | | | | |
| Ajustes por: | | | | | Fornecedores | 2.248 | (532) | 16.179 | 37.955 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (21.874) | - | (142.976) | (133.308) | Fornecedores - partes relacionadas | (2.843) | 6.627 | (44.256) | (103.899) |
| Apropriação de despesas antecipadas | - | - | 82.779 | 82.546 | Plano de incentivo - partes relacionadas | (583) | - | (583) | - |
| Depreciação e amortização | 4.017 | 1.940 | 355.711 | 276.403 | Obrigações sociais e trabalhistas | 4.138 | 7.218 | 14.330 | 22.907 |
| Baixa do ativo imobilizado, intangível e diferido | 10 | 11 | 19.365 | 14.139 | Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social | 359 | 1.185 | (27.785) | 37.955 |
| Amortização do direito da concessão - ágio | 849 | 3.303 | 79.173 | 43.166 | Liquidação de contingências | (52) | - | (14.602) | (7.338) |
| Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos | - | - | 32.231 | (50.994) | Realização da provisão de manutenção | - | - | (343.547) | (209.815) |
| Variação monetária das obrigações com o poder concedente | - | - | 11.168 | 1.785 | Obrigações com o poder concedente | - | - | 47.818 | 134.806 |
| Juros sobre debêntures, notas promissórias e empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil | 153.727 | 137.867 | 869.988 | 547.115 | Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar | - | - | - | 4.293 |
| Variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos | 10.680 | 8.535 | 32.229 | 63.330 | Outras contas a pagar | (23) | 37 | 3.304 | 206.181 |
| Capitalização de custo de empréstimos | - | - | (47.286) | (74.266) | Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais | 47.741 | (127.956) | 1.890.267 | 1.357.065 |
| Resultado de operações com derivativos | (6.264) | (475) | 20.675 | 144.456 | Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Resultado de operações com valor justo dos empréstimos | - | - | (2.992) | - | Aquisição de investimentos | (28.375) | (194.373) | (127) | (74) |
| Constituição da provisão de manutenção | - | - | 139.080 | 157.638 | Pagamento pela compra de 100% da SPVias e Inovap, líquido do caixa adquirido | - | - | - | (1.314.408) |
| Ajuste a valor presente da provisão de manutenção | - | - | 70.640 | 91.630 | Aquisição de ativo imobilizado | (7.682) | (12.995) | (118.973) | (131.978) |
| Constituição e juros sobre contingências | 52 | - | 13.971 | 11.181 | Adições ao ativo intangível | (5.088) | (4.943) | (539.636) | (791.016) |
| Provisão para devedores duvidosos | - | - | 7.690 | 7.012 | Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | (41.145) | (212.311) | (658.736) | (2.237.474) |
| Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas | (128.505) | (72.116) | 4.730 | 2.891 | Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Juros sobre impostos parcelados | - | 18 | 55.238 | 40.115 | Resgates / Aplicações (conta reserva) | - | - | 943 | (41) |
| Juros, multa e outros encargos sobre impostos parcelados - Lei 11.941/09 | - | - | - | 24.800 | Liquidação de operações com derivativos | (8.476) | (1.767) | (151.461) | (35.930) |
| Descontos obtidos sobre impostos parcelados - Lei 11.941/09 | - | - | - | (17.856) | Mútuos com partes relacionadas | - | - | - | - |
| Participação dos acionistas não controladores | - | - | (34.220) | (29.551) | Captações | - | - | 17.663 | 13.447 |
| Equivalência patrimonial | (844.816) | (655.259) | - | - | Recbimentos | 143.386 | 22.695 | - | - |
| | (832.124) | (576.176) | 1.567.194 | 1.202.232 | Liberações | (152.755) | (150.604) | (15.198) | - |
| | | | | | Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil | - | - | 3.278.770 | 2.150.324 |
| | | | | | Captações | - | - | (3.191.200) | (988.187) |
| | | | | | Pagamentos de principal | (985.968) | (37.166) | (784.700) | (349.016) |
| | | | | | Pagamentos de juros | (159.357) | (131.420) | - | - |
| | | | | | Aumento de capital | - | - | - | - |
| | | | | | Custo de captação | - | (766) | - | (766) |
| | | | | | Dividendos: | | | | |
| | | | | | Pagos | (802.496) | (858.629) | (806.766) | (851.898) |
| | | | | | Recebidos | 1.532.683 | 777.346 | 5.080 | - |
| | | | | | Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | (432.983) | (380.311) | (1.646.869) | (62.067) |
| | | | | | Redução do caixa e equivalentes de caixa | (426.387) | (720.578) | (415.338) | (942.476) |
| | | | | | Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| | | | | | No início do exercício | 790.360 | 1.510.938 | 1.178.669 | 2.211.145 |
| | | | | | No final do exercício | 363.973 | 790.360 | 763.331 | 1.178.669 |
| | | | | | | (426.387) | (720.578) | (415.338) | (942.476) |
| | | | | | Divulgação complementar às informações do fluxo de caixa | | | | |
| | | | | | Caixa pago durante o exercício | - | 682 | 549.841 | 598.686 |
| | | | | | Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | - |
| | | | | | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Viabilizar grupos de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura ferroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

Em 16 de fevereiro de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da razão social da CCR (controladora), passando de Companhia de Concessões Rodoviárias para CCR S.A.

A CCR S.A. ("Companhia" ou "CCR") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBOvespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "CCRO3". O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, a CCR é responsável por 2.437,60 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,02 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBan, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias e Renovias, sendo as duas últimas por meio de sua controlada CPC.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção Ambiental Veicular do município de São Paulo), STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e Estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre) e SAMM (atividades em multimídia).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Controladas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBan)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria)
- SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM)
- CPSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V. (CCR México)
- CCR - USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

Controladas em conjunto:

- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)

Concessões do Grupo CCR

Veja, a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

CCR NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021;

CCR AutoBan: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011, foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passa a ser até janeiro de 2037;

CCR Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Puruá; Rodovia BR-277, entre São Luís do Puruá e Curitiba; PR-151, de Jaguariávia a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária;

CCR ViaOeste: Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Chauri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel Oeste: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul de São Paulo. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 95% do capital social da concessionária.

ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 quilômetros sobre trilhos e 11 estações, sendo 9 quilômetros (6 Estações) na Fase I e os 3,8 restantes com a inclusão de mais cinco Estações na Fase II, que prevê ainda 3,5 quilômetros a serem operados por meio de ônibus entre a Estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A ViaQuatro já concluiu a primeira fase do projeto com a abertura das estações Luz, República, Butantã, Pinheiros, Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR tem 58% do capital social dessa concessionária.

Outras empresas do Grupo

Além dessas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas:

Companhia de Participações em Concessões (CPC): a empresa tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria. A Companhia de Participações em Concessões (CPC) tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, e em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de eventuais novos negócios. Detém, desde 2008, participação de 40% na Renovias e, desde 2009, participação de 45% no capital social da Controlar (50% do controle societário). Em outubro de 2010, passou a controlar integralmente a SPVias, mediante a aquisição de 100% das ações representativas de seu capital social. Também em 2010, incorporou a Engelog, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, essas áreas foram reestruturadas, criando, respectivamente, a Divisão Engelog e a Divisão Engelogtec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos do Grupo CCR, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Renovias: Responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vai até maio de 2022. A CPC tem 40% do capital social da concessionária.

Controlar: Concessionária exclusiva de serviços públicos municipais, responsável até 2018 pela inspeção ambiental veicular na frota registrada da cidade de São Paulo. Atualmente, a Controlar possui 27 centros de inspeção em 16 municípios diferentes. A CPC detém 45% do capital social da concessionária (correspondente a 50% das ações ordinárias).

CCR SPVias: Concessionária responsável pela administração de seis trechos de rodovias no Estado de São Paulo, num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até setembro de 2027. A CPC detém 100% do capital social dessa concessionária.

Actua Assessoria, Parques e Inovap 5: Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. A Actua Assessoria detém ainda participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a CCR Ponte, CCR ViaLagos, CPC, SAMM e CPSP.

STP e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.: O objetivo da STP é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre, utilizados atualmente por cerca de 3,2 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em mais de 50 concessionárias de rodovias e em 114 *shoppings* nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia. A CCR detém 38,25% da STP.

CCR México: Tem como objetivo principal prospectar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô). Atualmente esta não detém nenhum contrato de concessão.

CCR Estados Unidos: Empresa cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos. Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

SAMM: Empresa constituída pela CCR (99,90%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades.

CPSP: Empresa constituída pela CCR (99,90%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a participação no capital de outras sociedades.

Sobre o negócio

As concessões rodoviárias do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias, os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

No tocante à Controlar, a concessão contempla a implantação dos Centros de Inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, licenciados no município de São Paulo.

Em relação à ViaQuatro, a concessionária é responsável pela operação e manutenção da Linha 4-Amarela do metrô de São Paulo por um período de 30 anos. A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens e sistemas (sinalização, comunicação e controle) e o Poder Concedente pela infraestrutura ferroviária. Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da CCR ViaLagos, Controlar e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis

No final do período de concessão das rodovias, ponte e infraestrutura ferroviária, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP, sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais, das controladas e controladas em conjunto, de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

Ajustes no patrimônio líquido

| | 2011 | 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Patrimônio líquido da controladora | 3.267.625 | 3.182.387 |
| Baixa do ativo diferido | (179.323) | (179.323) |
| Reversão da amortização do ativo diferido | 117.064 | 105.654 |
| Patrimônio líquido consolidado | 3.205.366 | 3.108.718 |

Ajustes no resultado do exercício

| | 2011 | 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Resultado do exercício da controladora | 887.962 | 663.758 |
| Baixa do ativo diferido | - | - |
| Reversão da amortização do ativo diferido | 11.410 | 7.964 |
| Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas controladores) | 899.372 | 671.722 |

Em 29 de fevereiro de 2012, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.

Reclassificações

Para melhor apresentação do balanço patrimonial do exercício de 2010, os saldos a pagar relacionados à remuneração do pessoal chave da Administração foram reclassificados da rubrica Partes relacionadas para Obrigações sociais e trabalhistas. O montante da reclassificação foi de R\$ 7.970 (controladora) e R\$ 14.064 (consolidado). O saldo de notas

promissórias de 2010 no montante de R\$ 50.479 (consolidado) foi reclassificado da rubrica empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro para a rubrica debêntures e notas promissórias.

Além disso, no balanço patrimonial, foram criadas as rubricas de contas a receber - partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas, no ativo circulante e no não circulante; contas a pagar a partes relacionadas e fornecedores partes relacionadas no passivo circulante e não circulante, aumento de capital partes relacionadas no não circulante, mútuos partes relacionadas e plano de incentivo partes relacionadas, no passivo circulante e no não circulante, anteriormente registrado somente como partes relacionadas.

Os respectivos efeitos dessas reclassificações no balanço patrimonial foram considerados nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;

- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo;

- Ativos e passivos de empresas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2009, reconhecidos inicialmente ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

| | |
|-----|---|
| 3 | Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível (ICPC 01 (R1)/IFRIC 12) |
| 8 | Provisão para devedores duvidosos |
| 10b | Impostos diferidos |
| 15 | Depreciação do ativo imobilizado |
| 16 | Amortização dos ativos intangíveis |
| 16 | Recuperabilidade dos ágios |
| 21 | Pagamentos baseados em ações |
| 23 | Provisão para contingências - consolidado |
| 24 | Classificação de arrendamento mercantil |
| 25 | Provisão de manutenção |
| 29 | Mensuração dos instrumentos financeiros |

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas.

a) Base de consolidação

- Combinações de negócios

Aquisições efetuadas em ou após 1º de janeiro de 2009



CCR S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 02.846.056/0001-97



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2010 | | | | | | | |
|---|----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|----------|
| | STP | | ViaQuatro | | Renovias | | Controlar | |
| | 100% | 38,25% | 100% | 58% | 100% | 40% | 100% | 45% |
| Receita operacional líquida | 280.876 | 107.435 | 273.253 | 158.487 | 246.000 | 98.400 | 154.998 | 69.749 |
| Custos dos serviços prestados | (87.469) | (33.457) | (270.655) | (156.980) | (115.643) | (46.257) | (55.847) | (25.131) |
| Dueto bruto | 193.407 | 73.978 | 2.598 | 1.507 | 130.357 | 52.143 | 99.151 | 44.618 |
| Despesas (Receitas) operacionais | (86.850) | (33.220) | (41.719) | (24.197) | (1.430) | (572) | (62.956) | (28.330) |
| Resultado operacional | 106.557 | 40.758 | (39.121) | (22.690) | 128.927 | 51.571 | 36.195 | 16.288 |
| Resultado financeiro | 11.595 | 4.435 | - | 488 | (22.653) | (9.061) | (9.760) | (4.392) |
| Resultado antes do IR e CS | 118.152 | 45.193 | (38.280) | (22.202) | 106.274 | 42.510 | 26.435 | 11.896 |
| IR e CS corrente e diferido | (38.818) | (14.849) | 13.222 | 7.668 | (36.650) | (14.660) | (10.951) | (4.928) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 79.334 | 30.344 | (25.058) | (14.534) | 69.624 | 27.850 | 15.484 | 6.968 |

b) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários advindos ou contrados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As demonstrações financeiras das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

- Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

c) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Receitas de Serviços

As receitas de pedágio/metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, ponte e metrô;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a IPCO 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

e) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna a parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos dentro do imobilizado e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo do contrato. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nºs 15 e 24b.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

- Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:
- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito da concessão - Ágio

O direito da concessão - ágio gerado na aquisição total ou parcial das ações das concessionárias ViaOeste, RodoNorte, Renovias, Controlar e SPVias reflete o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperada ao longo do prazo da concessão, exceto para a Controlar, que está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado anualmente.

- Ágio - STP e Incorporação da Sigla Livre pela CCMP, controlada da STP

Os ágios gerados na aquisição de participações acionárias nas empresas STP e Sigla Livre (incorporada), estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

- Ágio - Inovav 5

O ágio foi gerado na aquisição da empresa e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item t.

j) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo/e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentidas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Recitas e despesas financeiras

Recitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

o) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Nos exercícios de 2011 e 2010, os montantes reconhecidos como despesas estão demonstrados abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------|-------------|-------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Plano de previdência privada (contribuição definida) | 1.154 | 1.078 | 4.219 | 4.545 |

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

p) Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados

para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos a tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

s) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPG 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 32) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a orientação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

t) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - IPCO 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica IPCO 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

u) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

v) Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Integral da Lei nº 11.837/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item "a" desta nota explicativa.

w) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

x) Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- *Amendments to IAS 01 Presentation of financial statements;*
- *Amendments to IAS 12;*
- *Amendments to IAS 19 Employee Benefits;*
- *Amendments to IAS 27 (2011);*
- *Amendments to IAS 28 (2011);*
- *Amendments to IAS 32 and IFRS 7 (2011);*
- *IFRS 9 Financial Instruments (Replacement of IAS 39);*
- *IFRS 10 Consolidated Financial Statements;*
- *IFRS 11 Joint Arrangements;*
- *IFRS 12 Disclosure of Interests in Other / Entities;*
- *IFRS 13 Fair Value Measurement;*
- *IFRIC 20 Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine.*

A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras. No entanto, é esperado que nenhum desses novos pronunciamentos tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas investidas, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto na consolidação das investidas atualmente consolidadas proporcionalmente. A Companhia não espera adotar esses pronunciamentos antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

4. DETERMINAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

- Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e *Bloomberg*).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda e de taxa de juros e opções de compra de *Libor*, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de swap de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando-se como base cotações de mercado futuramente obtidas no mercado (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) adicionadas de eventuais cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações e trazidos, sendo a curva ativa, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de Libor com teto (cap)

- O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de *Black* para precificação de opções de taxas de juros.
- Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (Incentivos de longo prazo) é mensurado utilizando-se a fórmula *Black-Scholes-Merton*. Os inputs de mensuração incluem o valor da Unidade Virtual de Valor (UVV) na data de mensuração, o valor de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, uma taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas investidas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em três segmentos operacionais principais, sendo eles, o de concessões rodoviárias, de concessão metroviária e de serviços/holdings.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões rodoviárias: A AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias, Ponte, ViaLagos, RodoAnel Oeste e a Renovias;
- Concessão metroviária: A ViaQuatro;

- Serviços / holdings: A Companhia, as sub-holdings CPC e CPCSP e os demais negócios não alocados aos segmentos anteriormente dispostos, a saber:
- a) Actua Assessoria, a Parques e a Inovav 5 - prestadoras de serviços internos para o Grupo CCR;
- b) SAMM - exploração de serviços de telecomunicações por meio de concessões, permissões ou autorizações;
- c) CCR Estados Unidos e a CCR México - escritórios para prospecção de negócios; e
- d) A Controlar (inspeção ambiental veicular) e a STP (serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento).

A Companhia, atualmente, possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

| | Concessões rodoviárias | Concessão metroviária | Serviços/ Holdings | Totais | Eliminações (*) | Consolidado |
|---|------------------------|-----------------------|--------------------|-------------|-----------------|-------------|
| Informações relativas a 31 de dezembro de 2011 | | | | | | |
| Receitas brutas | 5.193.675 | 137.367 | 259.745 | 5.590.787 | - | 5.590.787 |
| Receitas brutas entre segmentos | - | - | 268.881 | 268.881 | (260.381) | 8.500 |
| Recitas financeiras | 155.995 | 64.230 | 259.331 | 479.556 | (129.021) | 350.535 |
| Despesas financeiras | (1.064.693) | (119.441) | (218.160) | (1.402.294) | 129.021 | (1.273.273) |
| Depreciação e amortização | (385.057) | (9.353) | (55.131) | (449.541) | 11.409 | (438.132) |
| Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e de contribuição social | 894.925 | (39.148) | 915.012 | 1.770.789 | (860.020) | 910.769 |
| Resultado de renda e contribuição social | (449.970) | 19.841 | (13.383) | (443.512) | - | (443.512) |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | 844.816 | 844.816 | (844.816) | - |
| Ativos dos segmentos divulgáveis | 11.133.563 | 470.771 | 4.865.528 | 16.469.862 | (3.618.496) | 12.851.366 |
| Investimentos em coligadas e controladas em conjunto | - | - | 2.413.261 | 2.413.261 | (2.413.261) | - |
| CAPEX | 534.485 | 71.229 | 52.895 | 658.609 | - | 658.609 |
| Passivos dos segmentos divulgáveis | 9.620.098 | 434.645 | 987.210 | 11.041.953 | (1.404.802) | 9.637.151 |
| Informações relativas a 31 de dezembro de 2010 | | | | | | |
| Receitas | | | | | | |



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Demonstrações financeiras resumidas das investidas

| | 2011 | | | 2010 | | |
|---|----------------|--|---------------------------------------|----------------|--|---------------------------------------|
| | Total do ativo | Total do passivo circulante e não circulante | Lucro (prejuízo) líquido do exercício | Total do ativo | Total do passivo circulante e não circulante | Lucro (prejuízo) líquido do exercício |
| NovaDutra | 1.553.963 | 1.134.775 | 1.267.792 | 191.138 | 1.351.127 | 999.462 |
| AutoBAn | 2.748.829 | 2.296.828 | 1.604.580 | 496.377 | 2.717.005 | 1.849.631 |
| ViaLagos | 136.009 | 114.665 | 80.585 | 21.008 | 121.107 | 100.725 |
| Ponte | 88.094 | 45.607 | 145.836 | 34.812 | 89.810 | 58.053 |
| RodoNorte | 669.692 | 506.913 | 477.297 | 156.950 | 696.148 | 447.963 |
| ViaOeste | 1.431.158 | 1.024.216 | 840.043 | 193.941 | 1.398.595 | 990.594 |
| RodoAnel Oeste | 2.544.276 | 2.825.744 | 222.125 | (214.225) | 2.464.482 | 2.531.724 |
| ViaQuatro (a) | 470.771 | 434.645 | 137.367 | (39.148) | 413.393 | 347.690 |
| Parques | 1.622 | 1.600 | - | 76 | 2.729 | 536 |
| CCR México | 1.959 | 58 | - | (2.487) | 1.022 | 92 |
| CCR USA | 27 | 32 | - | (63) | 96 | 36 |
| STP (a) | 296.545 | 244.278 | 166.302 | 44.129 | 242.207 | 129.412 |
| CPC | 711.118 | 194.034 | 95.825 | (22.545) | 798.091 | 215.995 |
| Renovias (a) | 185.626 | 148.218 | 130.340 | 39.642 | 162.068 | 120.303 |
| Controlar (a) | 56.319 | 34.695 | 93.441 | 12.004 | 55.781 | 46.160 |
| SPVias | 1.777.811 | 1.523.340 | 425.077 | (23.618) | 1.768.517 | 831.199 |
| Inovap5 | 5.309 | 5.071 | 1.879 | (87) | 2.417 | 2.092 |
| SAMM | 13.962 | 1.806 | - | (1.112) | 3.456 | 1.316 |
| CPCSP | 1.110 | 1.460 | - | (3.251) | 3.197 | 295 |
| Actua Assessoria | 5.614 | 20 | - | 384 | 13.809 | (19) |
| Actua Serviços | - | - | - | - | - | - |
| Engellog | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 12.697.814 | 10.538.005 | 5.688.489 | 883.925 | 12.305.057 | 9.435.956 |
| Controladora | 3.771.574 | 503.948 | 171.179 | 887.962 | 4.456.459 | 1.274.072 |
| Baixa do ativo diferido para fins de consolidação | (62.259) | - | - | 11.410 | (73.668) | - |
| Eliminações | (3.555.763) | (1.404.802) | (260.381) | (883.925) | (3.920.317) | (1.082.887) |
| Consolidado | 12.851.366 | 9.637.151 | 5.599.287 | 899.372 | 12.767.531 | 9.627.141 |

(a) Empresas consolidadas proporcionalmente. A Renovias e a Controlar são consolidadas na CPC.

c. Outras informações relevantes

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000. O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002) e da decisão homologatória das respectivas transações (item "i"), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "j"). Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes. A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Controlada. Em razão disso, os acionistas e a Controlada ajustaram acordo em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº 2.462/04. Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. O reajuste de 2011 foi autorizado sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada, com recursos da parte contrária pendentes de julgamento. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Em relação ao reajuste de 2003, a Controlada apelou quanto ao ônus da sucumbência.

O contrato de concessão prevê o equilíbrio econômico-financeiro, ressarciendo a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual. Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Qualidade Global). A Controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A Controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A Controlada ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a Caducidade do Contrato de Concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

vii. Redução de tarifa - receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra a que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Sentença de extinção da ação sem julgamento do mérito, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

(i) Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo (ARTESP) e dos acionistas da Concessionária do RodoAnel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias (antiga razão social de CCR S.A.) e Encalco Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a aplicação imediata da sentença em razão de anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalco interuseram embargos de declaração, que foram rejeitados.

Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos os recursos ao STJ e STF, que aguardam juízo de admissibilidade.

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Informamos que as Ações Populares visando anulação dos procedimentos relacionados à Concorrência Internacional da Parceria Público Privada para concessão patrocinada da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

(i) Processo nº 05306107038-4 - 1ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face de: (i) Fazenda Estadual de São Paulo; (ii) Companhia do Metropolitan de São Paulo-Metrô; (iii) Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM; (iv) Companhia Paulista de Parcerias - CPP; (v) Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU; (vi) representantes dos entes supra, Srs. Luiz Carlos Frayse David; José Kalil Neto e Jurandir Fernandes.

A ação visa à anulação dos atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. O pedido de liminar foi indeferido em 1ª instância. Após recurso, foi deferido parcialmente em 2ª instância somente para determinar republicação do Edital. Feito isso, a liminar parcial perdeu efeito, sendo negado provimento ao recurso. Contra essa decisão, houve recurso dos Autores ao STJ, que negou provimento a estes, e ao STF, que não conheceu do respectivo recurso.

As partes passivas originais apresentaram defesa. Em 30 de outubro de 2007, foi proferida decisão incluindo a Concessionária no pólo passivo e determinando a sua citação. A Concessionária apresentou sua defesa em 28 de janeiro de 2008.

Iniciada a fase de instrução, o Juiz de primeiro grau indeferiu as provas requeridas pelos autores da Ação Popular. O processo está em fase de discussão da decisão que acolheu o pedido do Ministério Público para inclusão dos signatários do Contrato, como representantes das empresas, no pólo passivo da ação. O recurso encontra-se em fase de admissibilidade perante o STJ, tendo sido requerida a suspensão da instrução do processo até a decisão do recurso.

(ii) Processo nº 0532006117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face de: (i) Fazenda Estadual de São Paulo; (ii) Companhia do Metropolitan de São Paulo-Metrô; (iii) Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM; (iv) Companhia Paulista de Parcerias - CPP; (v) Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU; (vi) representantes dos entes supra, Srs. Luiz Carlos Frayse David; José Kalil Neto e Jurandir Fernandes.

A ação tem como pedido a anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Foi requerida a concessão liminar para suspender o procedimento de licitação, o que foi indeferido.

As partes passivas originais apresentaram defesa. Em 07 de novembro de 2008 foi proferida decisão incluindo a Concessionária no pólo passivo e determinando a sua citação, a pedido dos Autores. A Concessionária apresentou sua defesa em 22 de abril de 2009. Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue, portanto, o da Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A Administração da Controlada considera remota a chance de perda das duas ações acima (itens i e ii) e tem expectativa de um desfecho favorável considerando (i) que os argumentos de fundo são frágeis no entendimento do escritório de advocacia responsável; (ii) que não foram apresentados os seus iniciais - momento processual oportuno - quaisquer elementos de prova que sustentem as ações; (iii) que o Poder Judiciário sequer suspendeu a Licitação Internacional. Pelo contrário, admitiu sua conclusão e assinatura regular do Contrato de Concessão.

Controlar S.A.

(i) Ação Civil Pública nº 1249/1997 ajuizada em 4 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S/A, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réus para a utilização do Centro Integrado de Táxi, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os entes administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 08 de abril de 2003. Em 19 de dezembro de 2011, os Embargos de Declaração opostos contra o acórdão da apelação foram rejeitados.

Publicado o acórdão dos Embargos de Declaração em 23 de janeiro de 2012. Em 02 de fevereiro de 2012 foram opostos novos Embargos de Declaração por outras partes, os quais ainda aguardam processamento para posterior julgamento.

(ii) Mandado de Segurança nº 9024608-94/2009.8.26.0000 (994.09.001320-4) impetrado em 13 de março de 2009 por Pedágio Inspeção de Segurança Veicular Ltda. ME e Famam Inspeção de Segurança Veicular Ltda., perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, visando a declaração de nulidade parcial dos Decretos Municipais que autorizam a licitação e concessão do programa de inspeção veicular para uma única empresa. A segurança foi denegada por unanimidade em 29 de junho de 2010. No momento, aguarda-se a remessa ao STJ do Recurso Ordinário interposto pelos Autores do Mandado de Segurança.

(iii) Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra Gilberto Kassab e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos réus como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O Juiz de 1ª. Grau concedeu em parte a tutela requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os réus. Contra essa decisão, o Município de São Paulo formulou Pedido de Suspensão de Liminar perante o Superior Tribunal de Justiça e interpôs Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em 11 de janeiro de 2012, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça acolheu integralmente o pedido de suspensão de liminar. Em 22 de janeiro de 2012, foi concedido, por decisão monocrática, efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento da Municipalidade, relativo à decisão por realizar nova licitação. Posteriormente, o Ministério Público de São Paulo interpôs dois Agravos de Instrumento contra a decisão de 1º grau, pleiteando o afastamento do Sr. Prefeito, e a manutenção da indisponibilidade dos bens dos réus. Ambos foram indeferidos, respectivamente, em 1º de fevereiro de 2012 e 07 de fevereiro de 2012.

A decisão liminar concedida pelo Juiz de primeiro grau encontra-se integralmente suspensa por determinação do Superior Tribunal de Justiça.

(iv) Ação pelo Procedimento Ordinário nº 0001123-54.2012.8.26.0053 ajuizada pela Controlar em face da Municipalidade de São Paulo em trâmite perante a 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, visando a declaração de nulidade de decisão administrativa que determinou a redução unilateral da tarifa dos serviços de inspeção veicular no município de São Paulo, com vigência imediata para 1º/12/2012. Em sede de liminar, a Controlar postulou a antecipação de tutela para suspender os efeitos da referida decisão de redução de tarifa. No mérito, a Controlar requereu o retorno ao status quo imediatamente anterior às nulidades constatadas nos autos do processo administrativo onde foi proferida a decisão de redução de tarifa, sanando-as de modo que: i) seja dada a ampla oportunidade de exercício do contraditório à Autora, a fim de que possa acompanhar a realização dos estudos técnicos da FIPE, indicando assistente técnico e formulando quesitos; ii) seja determinado à Municipalidade que se abstenha de direcionar os trabalhos da FIPE, que deverão respeitar as condições originais da proposta vencedora da licitação; iii) e, posteriormente, seja o resultado final do reequilíbrio encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças para devida exame, conforme determina o Decreto Municipal nº 49.286/2008. A tutela antecipada foi indeferida pelo Juiz de primeiro grau e aguarda-se a abertura de prazo para recurso contra essa decisão.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A

(i) Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAn e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Réus apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAn, na qual se defendia entre outros argumentos, a prescrição do direito de ação amparada nos termos do inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A AutoBAn opôs embargos de declaração contra a decisão que não acolheu a defesa prévia, os quais ainda estão pendentes de decisão.

Em 03 de fevereiro de 2012, a AutoBAn foi citada para apresentar a contestação, na pendência de decisão dos embargos de declaração opostos pela Concessionária. A AutoBAn requereu, em 09 de fevereiro de 2012, a anulação da citação até o julgamento dos embargos de declaração, o que foi deferido em decisão proferida em 24 de fevereiro de 2012.

Renovias Concessionária S/A

(i) Segundo noticiado pela imprensa, o Estado de São Paulo teria ingressado no final do ano de 2011 com uma ação judicial contra a Renovias para anular o Contrato de Concessão nº CR/004/98. Como a Renovias ainda não foi citada para responder à referida ação, os fundamentos e os pedidos formulados pelo Estado são desconhecidos. Em processo administrativo instaurado pela ARTESP para averiguar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº CR/004/98, foi arguida a nulidade do referido instrumento por supostas falhas no processo de licitação decorrentes de resposta à indagação formulada pelos licitantes. Aguarda-se, no momento, a citação da Renovias para contestar a referida ação.

Os acionistas controladores e a administração das controladas reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de uma resolução favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras das referidas controladas e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

15. ATIVO IMOBILIZADO

| | Taxa média anual de depreciação % | Controladora | | | | | |
|----------------------------|-----------------------------------|--------------|-------------|---------|--------|-------------|---------|
| | | 2011 | | | 2010 | | |
| | | Custo | Depreciação | Líquido | Custo | Depreciação | Líquido |
| Móveis e utensílios | 10 | 2.871 | (1.066) | 1.805 | 1.766 | (896) | 870 |
| Máquinas e equipamentos | 25 | 5.580 | (2.717) | 2.863 | 4.410 | (1.584) | 2.826 |
| Veículos | 20 | 966 | (165) | 801 | 825 | (48) | 777 |
| Instalações e edificações | 6 | 1.654 | (556) | 1.098 | 550 | (549) | 1 |
| Sistemas operacionais | 14 | 57 | (14) | 43 | 30 | (6) | 24 |
| Imobilizações em Andamento | - | 11.330 | - | 11.330 | 7.205 | - | 7.205 |
| | | 22.458 | (4.518) | 17.940 | 14.786 | (3.083) | 11.703 |

| | Taxa média anual de depreciação % | Consolidado | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------|-------------|---------|---------|-------------|---------|
| | | 2011 | | | 2010 | | |
| | | Custo | Depreciação | Líquido | Custo | Depreciação | Líquido |
| Móveis e utensílios | 10 | 26.514 | (11.709) | 14.805 | 21.647 | (10.216) | 11.431 |
| Máquinas e equipamentos | 15 | 215.989 | (109.916) | 106.073 | 168.917 | (89.325) | 79.592 |
| Veículos | 20 | 82.339 | (48.956) | 33.383 | 77.378 | (43.894) | 33.484 |
| Instalações e edificações | 6 | 47.070 | (15.457) | 31.613 | 43.053 | (10.719) | 32.334 |
| Sistemas operacionais | 12 | 294.031 | (190.217) | 103.814 | 296.349 | (201.610) | 94.739 |
| Imobilizações em Andamento | - | 138.728 | - | 138.728 | 138.785 | - | 138.785 |
| Adto. de fornecedor para imobilizado | - | 2.757 | - | 2.757 | 2.757 | - | 2.757 |
| | | 807.328 | (376.255) | 431.073 | 748.886 | (355.764) | 393.122 |

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 108.984 (R\$ 129.682 em 31 de dezembro de 2010).

Movimentação do custo - Consolidado

| | 2010 | | 2011 | |
|---------------------------|---------------|---------|----------|--------------------|
| | Saldo Inicial | Adições | Baixas | Transferências (a) |
| Móveis e utensílios | 21.647 | 1.967 | (866) | 3.766 |
| Máquinas e equipamentos | 168.917 | 21.051 | (7.499) | 33.520 |
| Veículos | 77.378 | 501 | (5.447) | 9.807 |
| Instalações e edificações | 43.053 | 2.460 | (10) | 1.567 |
| Sistemas operacionais | 296.349 | 1.228 | (47.149) | 43.603 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

| Empresa | Instituições financeiras | Taxas contratuais | Taxa efetiva do | Custos de | Saldos dos custos a | Vencimento final | 2010 | |
|---------|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | | | custo de transação | transação | | | 2011 | (Reclassificado) |
| | | (% a.a.) | | incorridos | apropriar em 2011 | | 2011 | (Reclassificado) |
| CCR | Em moeda nacional | | | | | | | |
| CCR | Itaú BBA S.A. (Leasing) | 13,10% a.a. | N/I | - | - | Agosto de 2013 | 220 | 351 (k) |
| CCR | Banco Alfa S.A. (Leasing) | CDI + 1,5% a.a. | N/I | - | - | Outubro de 2013 | 268 | 389 (k) |
| | Subtotal Controladora | | | | | | 488 | 740 |
| 1.a | AutoBAn | BNDES - FINEM III | TJLP + 2,12% a.a. | 0,0531% (a) | 535 | Fevereiro de 2017 | 213.351 | 249.268 (e) |
| 1.a | AutoBAn | BNDES - FINEM IV | TJLP + 2,12% a.a. | N/I | - | Fevereiro de 2017 | 20.143 | - (e) |
| 1.b | AutoBAn | BNDES - FINEM I | TJLP + 5% a.a. | N/I | - | Janeiro de 2012 | - | 14.940 (d) |
| 1.b | AutoBAn | BNDES - FINEM II - Repasse | TJLP + 5% a.a. | N/I | - | Janeiro de 2012 | - | 17.928 (d) |
| 2.a | Renovias | BNDES - FINEM I | TJLP + 4,72% a.a. | N/I | - | Dezembro de 2011 | - | 7.183 (e) |
| 2.b | Renovias | BNDES - FINEM II | TJLP + 1,80% a.a. a 2,80% a.a. | 0,0234% a 0,0239% (a) | 7 | Novembro de 2016 | 13.411 | - (e) |
| 2.b | Renovias | BNDES - FINEM III | TJLP + 1,80% a.a. a 2,80% a.a. | 0,0652% a 0,0667% (a) | 21 | 21 | 12.606 | - (e) |
| 3.a | SPVias | BNDES - FINEM I e CEF | TJLP + 5,5% a.a. | N/I | - | Outubro de 2013 | 13.584 | 23.532 (l) |
| 3.a | SPVias | BNDES - FINEM II - Repasse e CEF | TJLP + 5,5% a.a. | N/I | - | Outubro de 2013 | 15.257 | 25.460 (m) |
| 3.b | SPVias | BNDES - FINEM III | TJLP + 2,8% a.a. | N/I | - | Julho de 2018 | 44.894 | 51.711 (n) |
| 3.c | SPVias | Santander S.A. | CDI + 3,75% a.a. | N/I | - | Julho de 2015 | 37.257 | 46.024 (o) |
| 3.d | SPVias | Bradesco S.A. | 116,5% do CDI | 0,4419% (a) | 783 | 290 | 57.923 | 51.287 (j) |
| 3.d | SPVias | Itaú BBA S.A. | 116,5% do CDI | 0,4612% (a) | 694 | 572 | 109.574 | 96.964 (i) |
| 4.a | Ponte | Santander S.A. | 111% CDI | N/I | - | - | 11.675 | 23.233 (m) |
| 4.b | Ponte | Itaú BBA S.A. | 102,5% do CDI | N/I | - | - | 11.134 | 11.115 (m) |
| 7. | Controlar | Itaú BBA S.A. | CDI + 1,7% a.a. | N/I | - | - | 16.861 | 29.245 (h) |
| 10.a | SPVias | Banco Votorantim S.A. | TJLP + 4,50% a.a. a 13,00% a.a. | N/I | - | - | 1.283 | 2.169 (k) |
| 10.a | Diversos | Diversos (Finame) | TJLP + 1% a.a. a 4,3% a.a. | N/I | - | - | 4.761 | 8.129 (k) |
| 10.b | ViaOeste | Banco Alfa | 105% do CDI | N/I | - | - | - | 30.073 (m) |
| | Diversos | Itaú Leasing S.A. (Leasing) | 1,0916% a.m. a 1,2321% a.m. | N/I | - | - | 978 | 390 (k) |
| | Diversos | Banco Alfa S.A. (Leasing) | CDI + 1,5% a.a. | N/I | - | - | 7.415 | 9.861 (k) |
| | Diversos | Bradesco S.A. (Leasing) | 1,14% a 2,77% a.m. | N/I | - | - | 2.555 | 2.309 (k) |
| | SPVias | Diversos (Leasing) | CDI + 0,14% a.a. a 0,5654% a.a. | N/I | - | - | 1.649 | 1.562 (k) |
| | Subtotal em moeda nacional | | | | | | 596.799 | 703.123 |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | | |
| 3.a | SPVias | BNDES - FINEM I | Cesta de Moedas + 5,5% a.a. | N/I | - | - | 1.673 | 2.293 (f) |
| 6. | RodoAnel Oeste | BID - A Loan | US\$ + LIBOR + 3,5% a.a. | 5,6514% (a) | 15.089 | - | - | 320.739 (i) |
| 6. | RodoAnel Oeste | BID - B Loan | US\$ + LIBOR + 3,75% a.a. | 5,9271% (a) | 22.633 | - | - | 481.107 (i) |
| 5.a | ViaLagos | HSBC Bank Brasil S.A. | US\$ + 1,66% a.a. | 3,0347% (a) | 879 | - | - | 66.466 (m) |
| 5.b | ViaLagos | Merrill Lynch (c) | US\$ + 1,73% a.a. | N/I | - | - | - | - (m) |
| 8. | ViaQuatro | BID - B Loan | US\$ + LIBOR + 1,9% a.a. a 2,5% a.a. | 3,7516% (a) (b) | 13.906 | 10.203 | 253.262 | 192.767 (i) |
| 8. | ViaQuatro | BID - A Loan | US\$ + LIBOR + 2,2% a.a. a 2,8% a.a. | 4,2287% (a) (b) | 3.903 | 2.873 | 73.157 | 55.718 (i) |
| 9. | Rodonorte | Merrill Lynch (c) | US\$ + Libor + 1,5% a.a. | N/I | - | - | 84.897 | - (m) |
| | Subtotal em moeda estrangeira | | | | | | 500.385 | 1.119.900 |
| | | | | | | | 1.097.184 | 1.822.213 |

| Circulante | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|----------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro | 351 | 305 | 132.213 | 424.574 |
| Custos de transação | - | - | (3.267) | (5.944) |
| | 351 | 305 | 128.946 | 418.630 |
| Não Circulante | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro | 137 | 435 | 979.204 | 1.449.437 |
| Custos de transação | - | - | (10.966) | (45.854) |
| | 137 | 435 | 968.238 | 1.403.583 |

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR *Prime*, conforme previsão contratual.

(c) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *hedge*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa 29 para maiores detalhes).

Garantias

(d) Penhor de 45% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(e) Fiança bancária.

(f) Fiança bancária com aval do acionista controlador.

(g) Fidejussória e Bens financiados.

(h) Fiança dos acionistas controladores, cessão da indenização e dos recebíveis.

(i) Alienação das ações, cessão das contas bancárias e da indenização e suporte dos acionistas controladores para determinados eventos.

(j) Fiança do acionista controlador.

(k) Bens financiados.

(l) Aval do acionista controlador.

(m) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------|--------------|------|-------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 2013 | - | - | 137 | 474.847 |
| 2014 | - | - | - | 114.057 |
| 2015 | - | - | - | 108.437 |
| Após 2015 | - | - | - | 281.863 |
| Total | - | - | 137 | 979.204 |

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos FINAME, quando a TJLP for superior a 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor e liquidada juntamente com este.

1. AutoBAn

a) Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em seis parcelas, entre os anos de 2009 e 2011, sendo que em 25 de novembro de 2011 foi liberada a última parcela, no valor de R\$ 20.397.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 estão sendo pagos mensalmente. A última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

b) Em 15 de julho de 2011, foram liquidados antecipadamente, por decisão da administração, os contratos de FINEM com vencimento original em janeiro de 2012.

c) Em 14 de outubro de 2011, foi contratada fiança bancária junto ao Banco Bradesco S.A., a fim de substituir as garantias do contrato (ações, recebíveis, conta caução, indenização) e liberar os *covenants*, sendo que a formalização dessa substituição ocorreu em 24 de novembro de 2011.

2. Renovias

a) Em 15 de dezembro de 2011, foi totalmente liquidado, o crédito com o BNDES, com vencimento original em dezembro de 2011.

b) Em 14 de dezembro de 2011, foi firmado contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 130.000 divididos em 8 subcréditos, dos quais R\$ 65.000 foram liberados em 23 de dezembro de 2011 para os subcréditos A1, A2, B1 e B2. O restante será liberado trimestralmente, mediante a apresentação dos documentos que comprovem a realização do projeto financiado.

Os subcréditos A1 e A2, nos montantes de R\$ 23.441 e R\$ 10.046, respectivamente, serão amortizados em 53 prestações mensais a partir de julho de 2012, com juros pagos trimestralmente, entre dezembro de 2011 e junho de 2012 e, mensalmente, entre julho de 2012 e novembro de 2016.

Os subcréditos B1 a B6, nos montantes entre R\$ 3.329 e R\$ 44.096, serão amortizados em 33 prestações mensais a partir de agosto de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente entre dezembro de 2011 e julho de 2013 e, mensalmente, entre agosto de 2013 e abril de 2016.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Carta(s) fiança(s) no valor do crédito liberado, com validade mínima de dois anos; e
- Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures, que represente mais de 15% da receita bruta auferida no exercício anual anterior. Estão excluídos desse saldo devedor os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente para aquisição de equipamentos, a 1ª emissão de debêntures e os mútuos concedidos por acionistas, cuja taxa de juros não seja superior a 2,5% acima do CDI ou 8% acima do IPCA.

3. SPVias

a) Em 28 de março de 2003, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 67.400 (subcrédito A - R\$ 53.920 e subcrédito B em moeda estrangeira - R\$ 13.480). Na mesma data, foi firmado contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF), através de repasse do BNDES, nos mesmos montantes acima e com as mesmas remunerações e vencimentos.

O principal está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, entre 15 de outubro de 2005 e 15 de setembro de 2013 para o subcrédito A e entre 15 de novembro de 2005 e 15 de outubro de 2013 para o subcrédito B.

A última parcela de juros do subcrédito A será paga em 15 de setembro de 2013 e a do subcrédito B, em 15 de outubro de 2013.

A investida possui a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2013, taxa de sucesso de 2,5% e 3%, respectivamente ao BNDES e à CEF, sobre a receita que ultrapassar correspondente ao volume de veículos o estipulado no contrato. Para cumprimento dessa obrigação, há provisão na rubrica outras contas a pagar.

A principal garantia compartilhada entre os financiadores e cláusula restritiva do contrato de financiamento com o BNDES é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

20. DEBÊNTURES E NOTAS PROMISSÓRIAS

| Empresa | Série | Taxas contratuais | Custo efetivo (% a.a.) | Custo de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar em 2011 | Vencimento final | 2010 | | |
|---------|--------------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------|
| | | | | | | | 2011 | (Reclassificado) | |
| 1.a | CCR - 2ª Emissão - Série única | 105% do CDI | 0,2388% (b) | 1.601 | - | Março de 2011 | - | 38.812 (c) | |
| 1.b | CCR - 4ª Emissão - Série única | 147,5% a.a. | 0,3974% (a) | 17.532 | - | Dezembro de 2018 | - | 485.334 (d) | |
| 1.c | CCR - 5ª Emissão - Série 1 | 112% do CDI | 0,7282% (b) | 3.550 | - | Dezembro de 2011 | - | 467.823 (d) | |
| 1.c | CCR - 5ª Emissão - Série 2 | IPCA + 7,5% a.a. | 0,6215% (a) | 1.188 | 537 | Agosto de 2014 | 175.877 | 164.575 (d) | |
| | Subtotal - controladora | | | | | | 175.877 | 1.156.544 | |
| 2. | RodoNorte | 2ª Emissão - Série única | 115,50% do CDI | 0,2025% (b) | 1.645 | 975 | Novembro de 2015 | 202.120 | 215.384 (c) |
| 3.a | AutoBAn | 1ª Emissão - Série 1 | IGP-M + 10,65% a.a. | 0,1636% (a) | 877 | 131 | Abril de 2014 | 74.034 | 93.848 (e) |
| 3.a | AutoBAn | 1ª Emissão - Série 2 | IGP-M + 10,65% a.a. | 0,1636% (a) | 877 | 104 | Outubro de 2013 | 56.255 | 80.237 (e) |
| 3.a | AutoBAn | 1ª Emissão - Série 3 | 103,3% do CDI | 0,1846% (b) | 2.809 | 30 | Abril de 2012 | 46.736 | 138.311 (e) |
| 3.b | AutoBAn | 2ª Emissão - Série única | 108% do CDI | 0,2114% (b) | 662 | 206 | Setembro de 2012 | 133.806 | 140.129 (c) |
| 3.c | AutoBAn | 3ª Emissão - Série única | 106,50% do CDI | 0,1021% (b) | 83 | - | Dezembro de 2011 | - | 75.880 (c) |
| 3.d | AutoBAn | Cetip (Notas promissórias) | 106,50% do CDI | 0,0805% (a) | 40 | - | Novembro de 2011 | - | 50.479 (c) |
| 3.e | AutoBAn | Cetip (Notas promissórias) | 105,50% do CDI | 0,0559% (a) | 562 | 518 | Novembro de 2012 | 959.866 | - (c) |
| 4.a | ViaOeste | 1ª Emissão - Série 1 | 104,5% do CDI | 0,2917% (b) | 3.668 | 800 | Julho de 2015 | 130.016 | 166.840 (f) |
| 4.a | ViaOeste | 1ª Emissão - Série 2 | IGP-M + 7,6% a.a. | 0,2976% (a) | 2.431 | 639 | Julho de 2015 | 128.028 | 152.058 (f) |
| 4.a | ViaOeste | 1ª Emissão - Série 3 | IGP-M + 7,6% a.a. | 0,2976% (a) | 2.431 | 551 | Janeiro de 2015 | 105.825 | 134.034 (f) |
| 4.b | ViaOeste | 2ª Emissão - Série única | 117% do CDI | 0,1334% (b) | 1.494 | 831 | Dezembro de 2016 | 227.906 | 249.660 (c) |
| 4.c | ViaOeste | 3ª Emissão - Série única | 110,5% do CDI | 0,2201% (b) | 740 | 480 | Fevereiro de 2015 | 156.122 | - (c) |
| 5.a | RodoAnel Oeste | 1ª Emissão - Série 1 | 117,50% do CDI | 0,1634% (b) | 188 | - | Novembro de 2012 | - | 42.624 (g) |
| 5.a | RodoAnel Oeste | 1ª Emissão - Série 2 | 117,50% do CDI | 0,1634% (b) | 3.577 | - | Novembro de 2012 | - | 809.859 (g) |
| 5.b | RodoAnel Oeste | 2ª Emissão - Série 1 | 109,20% do CDI | 0,1125% (b) | 1.684 | 1.398 | Maio de 2014 | 507.337 | - (g) |
| 5.b | RodoAnel Oeste | 2ª Emissão - Série 2 | 111% do CDI | 0,1131% (b) | 2.483 | 2.169 | Maio de 2015 | 557.599 | - (g) |
| 5.b | RodoAnel Oeste | 2ª Emissão - Série 3 | 112% do CDI | 0,1142% (b) | 4.197 | 3.713 | Maio de 2016 | 759.728 | - (g) |
| 6.a | Renovias | 1ª Emissão - Série única | CDI + 1,90% a.a. | 0,1784% (b) | 485 | 235 | Fevereiro de 2015 | 55.766 | 55.627 (c) |
| 7. | SPVias | 1ª Emissão - Série única | 116,50% do CDI | 0,1433% (b) | - | - | Fevereiro de 2013 | 934.912 | 822.753 (d) |
| 8.a | NovaDutra | 2ª Emissão - Série 1 | 110,50% do CDI | 0,1648% (b) | 1.683 | 1.150 | Setembro de 2015 | 304.877 | 302.968 (d) |
| 8.a | NovaDutra | 2ª Emissão - Série 2 | 112,50% do CDI | 0,1648% (b) | 1.122 | 767 | Setembro de 2015 | 203.325 | 202.033 (c) |
| 8.b | NovaDutra | Cetip (Notas promissórias) | 106,80% do CDI | 0,0100% (a) | 13 | 12 | Novembro de 2012 | 131.366 | - (c) |
| | | | | | | | 5.850.691 | 4.889.268 | |

| Circulante | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Debêntures e notas promissórias | 62.172 | 65.933 | 1.759.503 | 1.434.611 |
| Custos de transação | (279) | (2.869) | (5.979) | (7.602) |
| | 61.893 | 63.064 | 1.753.524 | 1.427.009 |
| Não Circulante | | | | |
| Debêntures | 114.242 | 1.108.653 | 4.106.434 | 3.484.922 |
| Custos de transação | (258) | (15.173) | (9.267) | (22.663) |
| | 113.984 | 1.093.480 | 4.097.167 | 3.462.259 |

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias

(c) Não existem garantias

(d) Flutuante

(e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis

(f) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis

(g) Fidejussória do acionista controlador

Cronograma de desembolsos (não circulante)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------|--------------|------|----------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 2013 | - | - | 57.121 | 1.452.652 |
| 2014 | - | - | 57.121 | 990.258 |
| 2015 | - | - | - | 868.069 |
| Após 2015 | - | - | - | 795.455 |
| Total | - | - | 114.242 | 4.106.434 |



CCR S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 02.846.056/0001-97



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 24 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012. A amortização do principal será em parcela única em 25 de setembro de 2012. As debêntures podem ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês após a data de emissão, o valor do resgate será acrescido de 0,5%.

c) Em dezembro de 2011, foi liquidada a última parcela das debêntures da 3ª emissão.
d) Em 24 de novembro de 2011, foram liquidados os contratos de notas promissórias junto ao HSBC Bank.
e) Em 25 de novembro de 2011, foi realizada a 2ª emissão de notas comerciais, no total de 380 (trezentos e oitenta) notas de série única, sem garantia, para distribuição pública com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 950.000. O vencimento do valor nominal e dos juros ocorrerá em 19 de novembro de 2012. As notas podem ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

4. ViaOeste
a) Em 1º de julho de 2007, a investida emitiu 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 (vinte e oito mil) debêntures e a segunda e a terceira séries de 18.500 (dezoito mil e quinhentas) debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:
• Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
• Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
• Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a investida está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:
• Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as definidas na escritura.
• Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
• Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentar, no mínimo, os seguintes índices:

• Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + fees e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
• Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,3;
b) Em 22 de dezembro de 2009, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 250 (duzentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 23 de dezembro de 2009 pelo mesmo montante. Os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 22 de junho de 2011 e 22 de dezembro de 2016. A amortização do principal está sendo realizada em 11 parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e de 2016, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

c) Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2011 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

As principais obrigações e cláusulas restritivas são as seguintes:

• Não realizar novas emissões de debêntures da espécie girográfica, com garantia real ou com garantia fluante, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no contrato de concessão ("Emissões para finalidades diversas"), até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão;
• Até a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 3 e/ou o Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) seja inferior a 1,20;
• Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

5. RodoAnel Oeste
a) Em 28 de julho de 2011, por decisão da administração, foi liquidada antecipadamente a totalidade da 1ª emissão.
b) Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie girográfica, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, no total de 50.000 (cinquenta mil) e as da 2ª série de 55.000 (cinquenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$ 1.050.000 e foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, no total de 75.000 (setenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$ 750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações, sendo CCR (95%) e Encaiso (5%).
Os juros correspondentes à 1ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2014, os juros da 2ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2015 e os juros da 3ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2016.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.
As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio equivalente a 0,15% para a 1ª série, 0,20% para a 2ª série e 0,40% para a 3ª série, todos decrescentes proporcionalmente ao prazo remanescente da respectiva série.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

6. Renovias
a) Em 1º de fevereiro de 2010, a Renovias realizou a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 140 (cento e quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de emissão de R\$ 140.000.

Os juros estão sendo pagos mensalmente, entre 1º de março de 2010 a 1º de fevereiro de 2015. O principal está sendo amortizado em 37 parcelas mensais, entre 1º de fevereiro de 2012 e de 2015.

As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento, sendo que, se a amortização extraordinária for efetuada no período de carência do principal, o valor será acrescido de um prêmio de 0,60%.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:
(i) Realização de novas emissões de debêntures, exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro; e
(ii) Contrair ou manter empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas.

7. SPVias
Em 22 de dezembro de 2010, a investida assumiu por sucesso, a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 800 (oitocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, sendo o valor total de emissão de R\$ 817.387.

O pagamento dos juros e principal no final da operação, em 28 de fevereiro de 2013. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente, a qualquer momento. Um dos principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado é a extinção, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou investida da Controladora seja titular, que represente individualmente ou de forma agregada, 25% ou mais do faturamento consolidado anual da Controladora.

8. NovaDutra
a) Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000 (quinhentas mil), divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:
As debêntures da 1ª série, no total de 300.000 (trezentas mil), possuem garantia fluante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000 (duzentas mil), são subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:
• Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal, caso o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;

• Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anúncio prévia de no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
b) Em 25 de novembro de 2011, realizou-se a 1ª emissão de notas promissórias, no total de 26 (vinte e seis) notas de série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 130.000. O vencimento do valor nominal e dos juros ocorrerá em 19 de novembro de 2012. As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

21. Pagamentos baseados em ações (plano de incentivo de longo prazo)
A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo, tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento - UIs.

Cada UI é um instrumento que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate - UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (vesting), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem três Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005, o Plano 2 no ano de 2007 e o Plano 3 no ano de 2010. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVVs. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UIs ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de vesting, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UIs serão automaticamente resgatadas.

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico. Em 2011 foi aprovado pelo CAD um programa específico relativo a aditivo contratual na ViaOeste. A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas demonstrações financeiras, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UIs, durante o período a que estas demonstrações financeiras se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de vesting. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 5.665 no exercício de 2011 (R\$ 8.639 no exercício de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de provisão para incentivos de longo prazo era de R\$ 17.403 (R\$ 17.986 em 31 de dezembro de 2010).

| | Saldo Total em 31.12.2010 | | | Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2010 | | | Outorga entre 01.01 e 31.12.2011 | | | Canceladas entre 01.01 e 31.12.2011 | | |
|---------------------------|---------------------------|-------------------------|---------|--------------------------------------|-------------------------|----------|----------------------------------|-------------------------|--------|-------------------------------------|-------------------------|-------|
| | Quantidade de UIs | VJUMP (R\$) em 31.12.10 | Total | Quantidade de UIs | VJUMP (R\$) em 31.12.10 | Total | Quantidade de UIs | VJUMP (R\$) em 31.12.11 | Total | Quantidade de UIs | VJUMP (R\$) em 31.12.11 | Total |
| Plano 1 Programa 3 (2006) | 53.263 | 77,22 | 4.113 | 53.263 | 77,22 | 4.113 | - | - | - | - | - | - |
| Plano 2 Programa 4 (2007) | 350.528 | 19,04 | 6.673 | 350.528 | 19,04 | 6.673 | - | - | - | - | - | - |
| Plano 2 Programa 5 (2008) | 336.843 | 18,12 | 6.103 | 336.843 | 18,12 | 6.103 | - | - | - | - | - | - |
| Plano 2 Programa 6 (2009) | 250.200 | 18,45 | 4.617 | 76.806 | 16,63 | 1.277 | - | - | - | - | - | - |
| Plano 3 Programa 7 (2010) | - | - | - | - | - | - | 537.435 | 17,52 | 9.417 | - | - | - |
| Plano 3 Programa 8 (2011) | - | - | - | - | - | - | 356.577 | 20,90 | 7.451 | - | - | - |
| NN Nov Neg VO (2011) | - | - | - | - | - | - | 133.740 | 20,90 | 2.795 | - | - | - |
| Custo aquisição UIs | - | - | (180) | - | - | (180) | - | - | (514) | - | - | - |
| Total | 990.834 | 21,326 | 817.440 | - | - | (17.986) | 1.027.752 | - | 19.149 | - | - | - |

| | Exercícios entre 01.01 e 31.12.2011 | | | Saldo Total em 31.12.2011 | | | Exercícios em 30.06.2012 | | | Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2011 | | |
|---------------------------|-------------------------------------|------------------------|-----------|---------------------------|-------------------------|--------|--------------------------|-------------------------|-------|--------------------------------------|-------------------------|--------|
| | Quantidade de UI's da UI (RS) | Valor de resgate (R\$) | Total | Quantidade de UI's | VJUMP (R\$) em 31.12.11 | Total | Quantidade de UI's | VJUMP (R\$) em 31.12.11 | Total | Quantidade de UI's | VJUMP (R\$) em 31.12.11 | Total |
| Plano 1 Programa 3 (2006) | 53.263 | 77,09 | 4.106 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Plano 2 Programa 4 (2007) | 53.871 | 15,24 | 821 | 296.658 | 17,62 | 5.226 | 296.657 | 17,62 | 5.226 | 296.658 | 17,62 | 5.226 |
| Plano 2 Programa 5 (2008) | 72.111 | 10,72 | 773 | 264.732 | 16,00 | 4.235 | 176.488 | 16,00 | 2.824 | 264.732 | 16,00 | 4.235 |
| Plano 2 Programa 6 (2009) | 53.562 | 9,34 | 500 | 196.638 | 18,35 | 3.609 | 65.546 | 18,35 | 1.203 | 196.638 | 18,35 | 3.609 |
| Plano 3 Programa 7 (2010) | 70.107 | 8,02 | 562 | 467.328 | 17,52 | 8.188 | - | - | - | 182.761 | 16,70 | 3.052 |
| Plano 3 Programa 8 (2011) | - | - | - | 356.577 | 20,90 | 7.451 | - | - | - | 55.380 | 20,01 | 1.108 |
| NN Nov Neg VO (2011) | - | - | - | 133.740 | 20,90 | 2.795 | - | - | - | 20.771 | 20,01 | 416 |
| Custo aquisição UI | - | - | - | - | - | (694) | - | - | (80) | - | - | (243) |
| Total | 302.914 | 6,763 | 1.715.673 | - | - | 30.810 | 538.691 | - | 9.172 | 1.016.941 | - | 17.403 |

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais
VJU (R\$) = Valor Justo Unitário em Reais
Totais em milhares

| Critérios de apuração de dados utilizados no modelos de avaliação | Dados |
|---|---|
| Preço corrente | Preço corrente da UVV com base em números realizados R\$ 47,26 (Plano 2), R\$ 44,36 (Plano 3 e Nov. Neg VO) Programa 4, 27,91 para 2012 Programa 5, 34,07 para 2012 e 35,70 para 2013 Programa 6, 34,07 para 2012, 35,70 para 2013 e 37,37 para 2014 Programa 7, 37,36 para 2013, 39,11 para 2014 e 41,36 para 2015 Programa 8, 38,75 para 2014, 40,98 para 2015 e 43,58 para 2016 Prog. Nov. Neg VO, 38,75 para 2014, 40,98 para 2015 e 43,58 para 2016 |
| Preço de exercício | Preço da UVV de resgate (R\$), com correções futuras estimadas, acordo com os critérios do programa |
| Tempo | Prazo decorrido entre a data-base destas demonstrações financeiras e prazo de resgate da tranche de cada programa 180 dias p/ resgates de 2012 e 360 dias adicionais p/ cada ano seguinte |
| Volatilidade esperada | Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Cia. entre 1º.1.2003 até a data-base desta demonstração financeira 2,50% a.d. |
| Dividend Yield | Média histórica anual entre 2003 e a data-base destas demonstrações financeiras 4,30% a.a. |
| Taxa de juros livre de risco | Estimativa na data-base destas demonstrações financeiras do CDI para os períodos em análise 9,23% (2012), 8,23% (2013), 8,73% (2014), 9,73% (2015) e 8,98% (2016) |
| Expectativa de cancelamento | Taxa histórica de cancelamento de UIs até a data-base de apuração destas demonstrações financeiras 2,42% |
| Expectativa de postergação de resgate | Taxa histórica de postergamento de resgate de UIs até a data-base de apuração destas demonstrações financeiras 53,41% no primeiro ano e 53,89% no segundo ano |
| Expectativa de exercício antecipado | As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado |
| Modelo utilizado na avaliação | Black-Scholes-Merton |

22. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais - a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------|-------------|---------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Circulante | - | - | 48.050 | 59.092 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | - | - | 27.331 | 25.074 |
| ISS | 282 | 194 | 20.864 | 20.224 |
| COFINS | 536 | 870 | 25.610 | 9.285 |
| IRRF | 29 | 23 | 3.211 | 3.980 |
| PIS, COFINS e CSLL retidos | 22 | 79 | 3.333 | 3.006 |
| PIS | 116 | 189 | 32 | 4.072 |
| INSS retido | 867 | 46 | 424 | 605 |
| Outros (IPTU, CIDE e IOF) | 46 | - | 137.909 | 125.338 |
| | 1.898 | 1.433 | - | - |

| | 2010 | | 2011 | | Total |
|--------------------------------|---------------|---------|------------|----------------|---------|
| | Saldo Inicial | Adições | Realização | Transferências | |
| Circulante | - | - | - | - | 190 |
| IRPJ | 25.192 | 1.885 | (289) | (26.788) | - |
| CSLL | 9.781 | 621 | (85) | (10.317) | - |
| PIS | 1.387 | 2.910 | (1.076) | (3.221) | - |
| COFINS | 4.928 | 580 | (3.604) | (1.904) | - |
| IRRF | 34 | 2 | - | (36) | - |
| ISS | 2.077 | 3.613 | (5.500) | - | 190 |
| INSS | 735 | 28 | - | (763) | - |
| PAES | - | 22 | (2.036) | 4.085 | 2.071 |
| Parcelamento Lei 11.941/09 (1) | - | 1.935 | (26.238) | 68.872 | 44.569 |
| Total | 44.134 | 11.596 | (38.828) | 29.928 | 46.830 |
| Não circulante | - | - | - | - | - |
| IRPJ | 316.296 | 12.572 | - | (328.868) | - |
| CSLL | 121.140 | 4.799 | - | (125.939) | - |
| PIS | 1.475 | 4.576 | - | (6.051) | - |
| COFINS | 2.668 | 66 | - | (2.672) | 62 |
| IRRF | 384 | 13 | - | (397) | - |
| INSS | 6.218 | 238 | - | (6.456) | - |
| IRPJ | 455 | 183 | - | (638) | - |
| CSLL | 52 | 30 | - | (82) | - |
| PAES | - | 118 | - | 918 | 1.036 |
| Parcelamento Lei 11.941/09 (1) | - | 21.047 | - | 440.257 | 461.304 |
| Total | 448.688 | 43.642 | - | (29.928) | |



CCR S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 02.846.056/0001-97



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil. | (153.727) | (137.867) | (869.988) | (547.115) |
| Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | (10.680) | (8.536) | (33.688) | (63.336) |
| Varição cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos | - | - | (151.924) | (166.244) |
| Varição monetária sobre obrigações com poder concedente | - | - | (11.168) | (1.785) |
| Juros e variações monetárias sobre mútuos | - | - | (7.596) | (4.000) |
| Perda com operações de derivativos | (10.429) | (5.957) | (53.594) | (173.965) |
| Valor justo sobre financiamentos | - | - | (2.392) | - |
| Juros sobre impostos parcelados | - | (18) | (55.238) | (40.115) |
| Ajuste a valor presente da provisão de manutenção | - | - | (70.640) | (91.630) |
| Capitalização de custos dos empréstimos | - | - | 47.286 | 74.266 |
| Juros e multas sobre obrigações fiscais | (203) | - | (1.849) | (4.954) |
| Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei 11.941/09 | - | - | - | (24.800) |
| IOF | (1.064) | (24) | (9.392) | (14.026) |
| Taxa, comissões e outras despesas financeiras | (8.489) | (986) | (52.490) | (33.396) |
| | (184.592) | (153.387) | (1.273.273) | (1.091.100) |
| Receitas financeiras | | | | |
| Juros e variações monetárias sobre mútuos | 128.505 | 72.116 | 2.866 | 1.109 |
| Ganho com operações de derivativos | 16.693 | 6.432 | 38.903 | 29.509 |
| Descontos obtidos | 76 | 15 | 2.022 | 29.564 |
| Descontos obtidos - Lei nº 11.941/09 | - | - | - | 17.856 |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | 81.927 | 121.408 | 143.410 | 144.785 |
| Varição cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos | - | - | 119.693 | 217.238 |
| Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - | 1.459 | 6 |
| Juros e outras receitas financeiras | 9.681 | 8.383 | 42.182 | 23.095 |
| | 236.882 | 208.354 | 350.535 | 463.162 |
| Resultado financeiro líquido | 52.290 | 54.967 | (922.738) | (627.938) |

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política
A Companhia e suas investidas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| | 2011 | | 2010 | |
| | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis |
| Ativos | | | | |
| Aplicações financeiras | 363.917 | - | 363.917 | 789.708 |
| Contas a receber de clientes - partes relacionadas | - | 13.591 | - | 9.807 |
| Mútuos - partes relacionadas | - | 1.039.836 | - | 921.832 |
| Contas a receber com operações de derivativos | 16.982 | - | 16.982 | 4.299 |
| Passivos | | | | |
| Debêntures | - | (175.877) | (175.877) | - |
| Arrendamento mercantil financeiro | - | (488) | (488) | (740) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | (5.447) | (5.447) | (3.221) |
| Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas | - | (4.259) | (4.259) | (7.102) |
| Plano de incentivo - partes relacionadas | - | (17.403) | (17.403) | (17.986) |
| Aumento de capital - partes relacionadas | - | (1.916) | (1.916) | (1.916) |
| Contas a pagar com operações de derivativos | - | - | (2.057) | (2.057) |
| | 380.899 | 1.053.427 | (205.390) | 1.228.936 |

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

| OPÇÕES DE COMPRA | Contraparte | Data de início dos contratos | Data de Vencimento | Posição (Valores de Referência) | Valores de Referência (Nocional) (4) | | | | Valor Justo | | Valores Brutos Liquidados | | Efeito Acumulado | | Resultado | | | |
|--|---------------|------------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------------------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------------|----------|-------------------------|----------|--------------------------------|----------|
| | | | | | Moeda Estrangeira | | Moeda Local | | Moeda Local | | Moeda Local | | Valores a receber/ (recebíveis) | | Valores a pagar/(pagos) | | Efeito acumulado ganho/(Perda) | |
| | | | | | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/11 | 31/12/10 |
| ViaQuatro | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 Posição ativa | Vários (1) | 20/07/2009 | 15/02/2023 (2) | Libor c/ "Cap" 4,5% a.a. | 134.494 | 134.494 | 252.284 | 224.094 | 2.789 | 7.853 | - | - | 2.789 | 7.853 | - | (3.819) | (5.687) | |
| Posição passiva | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SWAP | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CCR | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 Posição ativa | CitiBank | 23/04/2010 | 01/08/2014 (3) | IPCA + 7,5% a.a. 109,65% do CDI | - | - | 40.000 | 40.000 | 47.137 | 44.030 | (1.704) | - | 4.493 | 1.084 | (1.704) | - | 1.614 | 1.084 |
| Posição passiva | | | | | | | | | (42.644) | (42.946) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3 Posição ativa | BTG Pactual | 23/04/2010 | 01/08/2014 (3) | IPCA + 7,5% a.a. 109,6% do CDI | - | - | 30.000 | 30.000 | 35.354 | 33.023 | (1.275) | - | 3.374 | 819 | (1.275) | - | 1.279 | 819 |
| Posição passiva | | | | | | | | | (31.980) | (32.204) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 4 Posição ativa | BTG Pactual | 28/04/2010 | 01/08/2014 (3) | IPCA + 7,5% a.a. 108% do CDI | - | - | 20.000 | 20.000 | 23.569 | 22.015 | (812) | - | 2.313 | 646 | (812) | - | 904 | 646 |
| Posição passiva | | | | | | | | | (21.256) | (21.369) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 5 Posição ativa | HSBC | 23/04/2010 | 01/08/2014 (3) | IPCA + 7,5% a.a. 109,6% do CDI | - | - | 30.000 | 30.000 | 35.313 | 32.985 | (1.276) | - | 3.332 | 781 | (1.276) | - | 1.279 | 781 |
| Posição passiva | | | | | | | | | (31.980) | (32.204) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6 Posição ativa | Merrill Linch | 28/04/2010 | 01/08/2014 (3) | IPCA + 7,5% a.a. 108% do CDI | - | - | 30.000 | 30.000 | 35.354 | 33.023 | (1.219) | - | 3.468 | 969 | (1.219) | - | 1.429 | 969 |
| Posição passiva | | | | | | | | | (31.885) | (32.054) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ViaLagos | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 Posição ativa | Merrill Linch | 15/08/2011 | 15/08/2013 | USD + 2,0353% a.a. 101% do CDI | 47.400 | - | 77.072 | - | 87.866 | - | (1.774) | - | 9.637 | - | (1.774) | - | 8.153 | - |
| Posição passiva | | | | | | | | | (78.229) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ViaQuatro | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 Posição ativa | BTG Pactual | 03/10/2011 | 14/02/2012 | USD 77% do CDI | 2.216 | - | 4.157 | - | 4.143 | - | - | - | - | - | - | - | (114) | - |
| Posição passiva | | | | | | | | | (4.257) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 9 Posição ativa | Bradesco | 03/10/2011 | 14/08/2012 | USD 77% do CDI | 2.601 | - | 4.879 | - | 4.800 | - | - | - | - | - | - | - | (103) | - |
| Posição passiva | | | | | | | | | (4.903) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 10 Posição ativa | Bradesco | 03/10/2011 | 14/02/2013 | USD 67,2% do CDI | 13.788 | - | 25.864 | - | 25.046 | - | - | - | - | - | - | - | (485) | - |
| Posição passiva | | | | | | | | | (25.530) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 11 Posição ativa | Bradesco | 03/10/2011 | 14/08/2013 | USD 67% do CDI | 13.622 | - | 25.552 | - | 24.326 | - | - | - | - | - | - | - | (520) | - |
| Posição passiva | | | | | | | | | (24.847) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Rodonorte | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 Posição ativa | Merrill Linch | 14/11/2011 | 14/11/2013 | Libor + 1,5% a.a. 101% do CDI | 45.819 | - | 80.000 | - | 85.537 | - | - | - | 4.281 | - | - | - | 4.281 | - |
| Posição passiva | | | | | | | | | (81.256) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2011 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS ATÉ 31/12/2011 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS OPERAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

(1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLB AG, New York Branch, Espírito Santo Investment p.l.c, Societé Generale/ Paris;
(2) As opções de compra estão divididas em cinquenta e quatro tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com o primeiro vencimento em agosto de 2009;
(3) Os contratos de swap possuem vencimentos intermediários em agosto de 2012 e 2013;
(4) Refere-se ao valor base do primeiro vencimento numa série com vários vencimentos, ou o valor base de um vencimento único.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

| | Consolidado | |
|-----------------|-----------------|------------------|
| | 2011 | 2010 |
| Riscos cambiais | (24.230) | (148.755) |
| Riscos de juros | 6.505 | 4.299 |
| Total | (17.725) | (144.456) |

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas investidas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto a variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos (*hedge*) além dos já existentes.

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R\$ x USD = 1,8750). Como os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário.

| Operação | Vencimentos até | Exposição em R\$ (1) | Risco | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado | | |
|---------------------------------------|-------------------|----------------------|------------------------------|--|---------------|---------------|
| | | | | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| ViaQuatro | | | | | | |
| Dívida em USD - BID | Fevereiro de 2023 | 339.497 | Aumento da cotação do USD | - | (84.874) | (169.748) |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa) | Fevereiro de 2012 | (7.170) | Diminuição da cotação do USD | - | 1.793 | 3.585 |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa) | Agosto de 2012 | (8.413) | Diminuição da cotação do USD | - | 2.103 | 4.206 |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa) | Fevereiro de 2013 | (44.591) | Diminuição da cotação do USD | - | 11.148 | 22.296 |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa) | Agosto de 2013 | (44.057) | Diminuição da cotação do USD | - | 11.014 | 22.028 |
| Efeito de Ganho ou (Perda) | | | | - | (58.816) | (117.633) |
| ViaLagos | | | | | | |
| Dívida em USD (resolução 4131) | Agosto de 2013 | 89.101 | Aumento da cotação do USD | - | (22.275) | (44.550) |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa) | Agosto de 2013 | (88.545) | Diminuição da cotação do USD | - | 22.136 | 44.272 |
| Efeito de Ganho ou (Perda) | | | | - | (139) | (278) |
| Rodonorte | | | | | | |
| Dívida em USD (resolução 4131) | Novembro de 2013 | 86.184 | Aumento da cotação do USD | - | (21.546) | (43.092) |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa) | Novembro de 2013 | (85.656) | Diminuição da cotação do USD | - | 21.414 | 42.828 |
| Efeito de Ganho ou (Perda) | | | | - | (132) | (264) |
| Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda) | | | | - | (59.087) | (118.175) |

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2012 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| Operação | Risco | Vencimentos até | Exposição em R\$ (6) | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado | | |
|-------------------------------------|---------------------------------|-------------------|----------------------|--|---------------|---------------|
| | | | | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Empréstimo BID | Aumento da Libor de 6 meses (5) | Fevereiro de 2023 | 339.495 | (9.580) | (10.278) | (10.976) |
| Hedge (opções) de taxa de juros (7) | | Fevereiro de 2023 | | - | - | - |
| Efeito líquido | | | | | | |
| Debêntures | Aumento do IPC-A | Agosto de 2014 | 176.414 | (25.456) | (28.526) | (31.595) |
| Swap IPC-A x CDI (ponta ativa) | Diminuição do IPC-A | Agosto de 2014 | (176.414) | | | |



CCR S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 02.846.056/0001-97



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2011 | 2010 |
|----------------------|------------------|------------------|
| RodoNorte | 1.233.018 | 1.207.895 |
| ViaQuatro (*) | 1.646.316 | 1.555.466 |
| AutoBAn | 1.079.719 | 1.026.249 |
| ViaOeste | 569.071 | 476.558 |
| NovoDutra | 624.006 | 707.829 |
| RodoAnel Oeste | 378.385 | 281.160 |
| Renovias (*) | 292.375 | 360.722 |
| Ponte | 47.314 | 37.922 |
| ViaLagos | 147.104 | 10.117 |
| SPVias | 764.238 | 552.148 |
| | 6.783.546 | 6.216.066 |

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

c. Outorga Variável e Obras a executar (não circulante)

| | 2011 | 2010 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Obras a executar - ViaOeste (a) | 8.822 | 8.713 |
| Outorga variável - SPVias (b) | 20.341 | 30.296 |
| | 29.163 | 39.009 |

(a) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.
(b) Retenção da outorga variável para compensação parcial do ISSQN correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2005, sendo o pagamento destes valores diferidos para os anos 2012 e 2013, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 15.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

• Alteração do objeto social e aprovação para aquisição de aeroportos

i. Em consequência às deliberações do Conselho de Administração da Companhia e respectivos Fatos Relevantes, de 29 de agosto e 26 de dezembro de 2011, e da publicação do respectivo Edital de Convocação de Assembleia, em 16 de janeiro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, por meio da qual foram aprovadas: Por maioria dos acionistas presentes, registradas as abstenções, a complementação do objeto social da Companhia, de forma a incluir no artigo 5º do Estatuto Social a exploração de atividades do setor de infraestrutura aeroportuária, passando referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) A exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias;
- (ii) A prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima;
- (iii) O exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e
- (iv) A participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.”

Conselho de Administração

| | | |
|---|--|--|
| FRANCISCO CAPRINO NETO Presidente do Conselho | ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA Vice-Presidente do Conselho | ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAS Conselheira independente |
| EDUARDO BORGES DE ANDRADE Conselheiro | HENRIQUE SUTTON DE SOUSA NEVES Conselheiro | MARCELO PIRES OLIVEIRA DIAS Conselheiro |
| PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES Conselheiro | RICARDO COUTINHO DE SENA Conselheiro | ROBERTO CARLOS DEUTSCH Conselheiro |

Diretoria

| | | |
|--|---|--|
| RENATO ALVES VALE Diretor Presidente | ITALO ROPPA Diretor Vice-Presidente de gestão de negócios | JOSÉ BRAZ CIOFFI Diretor Vice-Presidente de gestão de negócios |
| RICARDO ANTÔNIO MELLO CASTANHEIRA Diretor Vice-Presidente de relações institucionais | ANTONIO LINHARES DA CUNHA Diretor | ARTHUR PIOTTO FILHO Diretor e Diretor de relações com investidores |
| LEONARDO COUTO VIANNA Diretor | MARCUS RODRIGO DE SENNA Diretor | PAULO YUKIO FUKUZAKI Diretor |

Contador

| |
|--|
| HÉLIO AURÉLIO DA SILVA CRC TSP 129.452/0-3 |
| São Paulo, 29 de fevereiro de 2012 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

do Conselho de Administração e Acionistas da
CCR S.A.
São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CCR S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demons-

trações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2011, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.
Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Wagner Bottino
Contador CRC TSP196907/0-7

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da CCR S.A. (“CCR”), no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como a revisão do orçamento de capital e a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer do Comitê de Auditoria, emitidos em 29 de fevereiro de 2012, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como a revisão do orçamento de capital e a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, que estão em condições de serem votadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

| | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| ADALGISO FRAGOSO DE FARIAS | NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS | JOSÉ VALDIR PESCE |
|-----------------------------------|------------------------------------|--------------------------|